

COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA

Edital 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	160016-COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA	WAGNER LIMA RIBEIRO	08/05/2026 10:14 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64192.000793/2026-87

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90.008/2026

COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA (160016)

OBJETO

Registro de Preços para a Contratação de serviço de comunicação de dados por meio de rede MPLS IP (L2), visando atender as Organizações Militares apoiadas pelo 4º Centro de Telemática de Área (4º CTA)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.060.003,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme publicação disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento:

menor preço por grupo

Modo de disputa:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

(Comando de Elementos de Fronteiras/1948)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

(Processo Administrativo nº 64192.000793/2026-87)

Torna-se público que o(a) COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA, por meio do(a) Seção de Licitações e Contratos, sediado(a) **Avenida Coronel Teixeira, 4.715, Ponta Negra, Manaus/AM, CEP 69037-000**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de Serviço de Comunicação de dados por meio de Rede MPLS IP (L2), visando atender as Organizações Militares apoiadas pelo 4º Centro de Telemática de Área (4º CTA), no município de Manaus/AM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.5. A licitação será realizada em grupo único, formado por 4 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência /Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10[A5] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A6]

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *valor unitário total do grupo;*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 5% (5 por cento)*.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.[A4]

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.[A5]

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; [A8]

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025[A10] .

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.[A12] [A13]

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;[A1]

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. conter vícios insanáveis;

8.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.14. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.15.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.[A4]

8.15.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.15.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.15.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A5] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.24. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

8.24.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

8.24.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

8.24.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

8.24.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.25. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.[A7]

8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.28. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.29. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.[A8]

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão de imprensa oficial.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até no mínimo, duas horas horas, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **10** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **10** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **10** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8 Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226 /2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

10.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

10.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

10.10. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de *10 (dias)* dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **não poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [<https://licitacoesb.12rm.eb.mil.br/home>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: *por forma eletrônica no email: slc@4cta.eb.mil.br.*

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoesb.12rm.eb.mil.br/home>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Caderno de métricas;

16.11.3. Anexo III – Especificações Técnicas;

16.11.3. Anexo IV - Locais para Instalação do Link MPLS;

16.11.4. Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.5. Anexo V – Minuta do Termo de Contrato;

16.11.6. Anexo VI – Termo de Manutenção de sigilo;

Manaus - AM

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIDIO LOPES DA SILVA JUNIOR

Autoridade competente



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

(Comando de Elementos de Fronteiras/1948)

(Processo Administrativo nº 64192.000793/2026-87)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço de comunicação de dados por meio de rede MPLS IP (L2), visando atender às Organizações Militares apoiadas pelo 4º Centro de Telemática de Área (4º CTA), no município de Manaus/AM, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CATSER	Descrição	Und	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	26506	Contratação de serviço de comunicação de dados por meio de rede MPLS IP (L3), velocidade de 100 MBS. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA	Mes	240	R\$ 2.094,84	R\$ 502.760,40
2	26506	Contratação de serviço de comunicação de dados por meio de rede MPLS IP (L3), velocidade de 500 MBS. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA	Mes	240	R\$ 3.985,88	R\$ 956.611,20
3	26506	Contratação de serviço de comunicação de dados por meio de rede MPLS IP (L3), velocidade de 1GBS. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA	Mes	240	R\$ 6.450,00	R\$ 1.548.000,00
4	26506	Taxa de instalação link	Unid	20	R\$ 2.631,57	R\$ 52.631,40
Valor Total						R\$ 3.060.003,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 **(doze) meses**, contados do(a) **data de assinatura do contrato**, prorrogável por até 05 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de prover infraestrutura de conectividade de dados segura, estável e de alta disponibilidade entre as unidades administrativas atendidas pelo órgão, por meio de rede IP multiserviços baseada em tecnologia MPLS, garantindo a comunicação corporativa, o acesso aos sistemas institucionais e a continuidade das atividades administrativas e operacionais essenciais.

2.2. A atual demanda decorre da dependência crescente dos serviços digitais e sistemas corporativos utilizados pela Administração, os quais exigem comunicação permanente entre unidades geograficamente distribuídas, com níveis adequados de desempenho, disponibilidade, segurança e gerenciamento centralizado da rede. A inexistência ou a descontinuidade desses serviços comprometeria diretamente o funcionamento das atividades finalísticas e de apoio, ocasionando indisponibilidade de sistemas, prejuízo à prestação do serviço público e riscos operacionais à instituição.

2.3. A solução pretendida contempla a prestação de serviços continuados de conectividade WAN, incluindo implantação, configuração, operação assistida, monitoramento, manutenção e suporte técnico especializado, permitindo a integração das unidades em rede corporativa única, com controle de tráfego, priorização de aplicações críticas e garantia de níveis mínimos de serviço (SLA), conforme requisitos técnicos definidos no Estudo Técnico Preliminar.

2.4. Os quantitativos previstos foram definidos com base no levantamento das unidades a serem atendidas, na análise do perfil de tráfego de dados, na necessidade de capacidade de transmissão compatível com os serviços utilizados e na projeção de crescimento da demanda institucional, conforme metodologia apresentada no Estudo Técnico Preliminar. Foram considerados, ainda, fatores como criticidade operacional das localidades, volume estimado de usuários, aplicações corporativas utilizadas e requisitos mínimos de desempenho necessários à adequada execução das atividades institucionais

2.4.1 A contratação busca alcançar, entre outros, os seguintes resultados e benefícios:

2.4.2 assegurar disponibilidade contínua da comunicação de dados entre as unidades do órgão;

2.4.3 aumentar a confiabilidade e a estabilidade da infraestrutura de rede corporativa;

2.4.4 garantir níveis adequados de desempenho e qualidade dos serviços de TIC;

2.4.5 possibilitar o gerenciamento centralizado da rede e maior controle operacional;

2.4.6 reduzir riscos de indisponibilidade dos sistemas institucionais;

2.4.7 proporcionar maior eficiência operacional e previsibilidade de custos com conectividade;

2.4.8 permitir a expansão estruturada da rede conforme a evolução das necessidades institucionais.

2.5. A adoção de contratação única e integrada mostra-se tecnicamente mais adequada e economicamente vantajosa, uma vez que a prestação do serviço de conectividade demanda operação contínua, padronização tecnológica e responsabilidade unificada pela gestão da rede,

evitando incompatibilidades técnicas, fragmentação contratual e dificuldades de responsabilização quanto aos níveis de serviço contratados

2.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.7. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024 - 2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2026 do 4º Centro de Telemática de Área, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
N1	<i>Fortalecer a governança e a gestão digital institucional</i>
N2	<i>Ampliar a integração e interoperabilidade entre sistemas e unidades organizacionais</i>
N3	<i>Assegurar a disponibilidade e continuidade dos serviços digitais institucionais</i>
M1	<i>Expandir e modernizar a infraestrutura digital necessária à transformação digital</i>
M2	<i>Elevar os níveis de segurança e confiabilidade das comunicações institucionais</i>

ALINHAMENTO AO PDTIC 2026			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
P1	<i>P08.2 Gerir contratos do 4º CTA</i>	M1	<i>M08.02.01 Gerir 100% dos Contratos do 4º CTA</i>

2.8. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de Tecnologia da Informação e Comunicação consiste na contratação de serviços especializados de comunicação de dados por meio de rede corporativa baseada em tecnologia MPLS, incluindo a disponibilização, implantação, operação, suporte técnico e gerenciamento de enlaces de comunicação destinados à interligação das unidades administrativas e operacionais do órgão em uma única rede privada, segura e de alta disponibilidade.

3.3. A solução contempla, de forma integrada e considerando todo o ciclo de vida do objeto, os seguintes componentes:

- a) Fornecimento de enlaces de comunicação de dados, com velocidades compatíveis às necessidades operacionais de cada unidade, garantindo conectividade permanente entre os pontos integrantes da rede corporativa;
- b) Implantação da infraestrutura necessária à prestação do serviço, compreendendo instalação, configuração, testes de funcionamento e ativação dos circuitos de comunicação;

- c) Disponibilização de equipamentos de acesso (CPE – Customer Premises Equipment) em regime de comodato, incluindo roteadores, interfaces e demais dispositivos necessários ao funcionamento da solução, devidamente configurados e compatíveis com os requisitos técnicos estabelecidos;
- d) Gerenciamento proativo da rede, com monitoramento contínuo da disponibilidade, desempenho e qualidade dos enlaces, permitindo identificação e tratamento preventivo de falhas;
- e) Prestação de suporte técnico especializado, incluindo atendimento a incidentes, manutenção corretiva e substituição de equipamentos defeituosos, observados os níveis mínimos de serviço (SLA) definidos neste Termo de Referência;
- f) Garantia de níveis de disponibilidade e desempenho, assegurando a continuidade operacional dos sistemas institucionais e dos serviços digitais suportados pela infraestrutura de rede;
- g) Operação assistida e manutenção continuada da solução, abrangendo atualizações necessárias, ajustes técnicos e acompanhamento durante toda a vigência contratual;
- h) Desativação e transição assistida ao término contratual, quando aplicável, garantindo a continuidade dos serviços institucionais e a preservação das configurações essenciais da rede.

3.4. A definição dos quantitativos de enlaces e respectivas capacidades foi realizada com base no levantamento das necessidades de conectividade das unidades atendidas, no perfil de utilização dos sistemas corporativos e na estimativa de crescimento da demanda por serviços digitais, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

3.5. A solução foi estruturada considerando todas as fases do ciclo de vida da contratação — planejamento, implantação, operação, suporte, manutenção e encerramento — de modo a assegurar eficiência operacional, continuidade dos serviços e adequada relação custo-benefício para a Administração Pública.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1 Garantir a interligação segura e contínua entre as unidades administrativas e operacionais do órgão, possibilitando o funcionamento integrado dos sistemas corporativos e serviços institucionais;

4.1.2 Assegurar alta disponibilidade da comunicação de dados, de modo a minimizar interrupções que possam comprometer atividades administrativas, operacionais e de apoio à missão institucional;

4.1.3 Suportar o tráfego de aplicações críticas, incluindo sistemas corporativos, serviços digitais, comunicações administrativas e demais aplicações necessárias ao desempenho das atividades do órgão;

4.1.4 Proporcionar desempenho adequado da rede, compatível com o volume de usuários, serviços utilizados e crescimento estimado da demanda por conectividade;

4.1.5 Viabilizar a centralização e o gerenciamento da infraestrutura de rede, permitindo maior controle operacional, padronização tecnológica e melhoria na governança dos serviços de TIC;

f) Garantir escalabilidade da solução, possibilitando futuras ampliações de capacidade ou inclusão de novas unidades sem necessidade de reestruturação completa da rede;

4.1.6 Assegurar níveis mínimos de qualidade do serviço, com monitoramento contínuo e mecanismos formais de mensuração de desempenho;

4.1.7 Reduzir riscos operacionais associados à indisponibilidade de comunicação, assegurando continuidade dos serviços prestados pelo órgão à sociedade;

4.1.8 Permitir suporte técnico especializado e atendimento tempestivo, compatível com a criticidade das operações institucionais;

4.1.9 Promover eficiência administrativa e economicidade, mediante contratação de solução integrada, reduzindo a necessidade de múltiplos contratos e simplificando a gestão contratual

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções **corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva** pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

4.4.1 Manutenção Preventiva

4.4.1.1. A Contratada deverá realizar manutenções preventivas periódicas na infraestrutura utilizada para prestação do serviço, com o objetivo de reduzir a probabilidade de falhas, degradação de desempenho ou indisponibilidade da rede, incluindo:

4.4.1.2. a) monitoramento contínuo dos enlaces e equipamentos envolvidos na prestação do serviço;

4.4.1.3. b) verificação proativa de desempenho, capacidade e estabilidade da rede;

4.4.1.4. c) atualização planejada de firmware, software e configurações necessárias à estabilidade e segurança da solução, desde que não causem indisponibilidade não programada;

4.4.1.5. d) comunicação prévia à Contratante acerca de intervenções programadas que possam impactar o serviço, respeitando os níveis mínimos de serviço estabelecidos.

4.4.2 Manutenção Corretiva

4.4.2.1. A Contratada deverá realizar manutenção corretiva sempre que identificadas falhas, incidentes ou degradações na prestação do serviço, compreendendo:

4.4.2.2. a) diagnóstico e tratamento de falhas de conectividade, desempenho ou disponibilidade;

4.4.2.3. b) substituição ou reparo de equipamentos e componentes defeituosos sem ônus adicional para a Contratante;

4.4.2.4. c) restabelecimento dos serviços dentro dos prazos definidos nos Acordos de Nível de Serviço (SLA);

4.4.2.5. d) atuação proativa sempre que detectadas falhas por sistemas de monitoramento da própria Contratada.

4.4.3 Manutenção Adaptativa

4.4.3.1. A manutenção adaptativa deverá contemplar ajustes necessários à continuidade da operação da solução em decorrência de mudanças no ambiente tecnológico ou operacional, incluindo:

4.4.3.2. a) adequações decorrentes de atualizações tecnológicas da rede da Contratada;

4.4.3.3. b) ajustes de configuração necessários à interoperabilidade com a infraestrutura da Contratante;

4.4.3.4. c) adequações necessárias ao atendimento de requisitos normativos, de segurança da informação ou operacionais supervenientes.

4.4.4 Custos de Manutenção

4.4.4.1. Todas as atividades de manutenção necessárias ao pleno funcionamento da solução deverão estar incluídas no valor contratado, não sendo admitida cobrança adicional por intervenções necessárias à garantia da disponibilidade e qualidade do serviço..

Requisitos Temporais

4.5. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de **30 trinta** dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.7. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.8. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

4.8.1 Prazo de Implantação

4.8.1.1. A Contratada deverá realizar a implantação completa dos serviços contratados no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente pela Contratante, contemplando:

4.8.1.1.1. a) instalação dos enlaces de comunicação;

4.8.1.1.2. b) configuração dos equipamentos necessários à prestação do serviço;

4.8.1.1.3. c) realização de testes de funcionamento e validação operacional junto à equipe técnica da Contratante;

4.8.1.2. d) ativação definitiva dos circuitos.

4.8.2 Disponibilidade do Serviço

4.8.2.1. A solução deverá garantir disponibilidade mínima mensal conforme definido no Acordo de Nível de Serviço (SLA), considerando o funcionamento contínuo dos serviços em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo feriados.

4.8.3 Atendimento e Suporte Técnico

4.8.3.1. A Contratada deverá disponibilizar central de atendimento técnico especializada, observando:

4.8.3.1.1. a) atendimento em regime ininterrupto (24x7);

4.8.3.1.2. b) registro formal de chamados técnicos;

4.8.3.1.3. c) fornecimento de número de protocolo para acompanhamento das solicitações;

4.8.3.1.4. d) disponibilização de canal de comunicação eletrônico e telefônico.

4.8.4 Prazos para Atendimento e Restabelecimento

4.8.4.1. Os incidentes deverão ser tratados conforme níveis de criticidade abaixo:

4.8.4.2. I — Criticidade Alta (indisponibilidade total do serviço):

4.8.4.2.1. início do atendimento: até 30 (trinta) minutos após abertura do chamado;

4.8.4.2.2. prazo máximo para restabelecimento: até 4 (quatro) horas.

4.8.4.3. II — Criticidade Média (degradação significativa de desempenho):

4.8.4.3.1. início do atendimento: até 1 (uma) hora;

4.8.4.3.2. prazo máximo para solução: até 8 (oito) horas.

4.8.4.4. III — Criticidade Baixa (falhas sem impacto direto na operação):

4.8.4.4.1. início do atendimento: até 4 (quatro) horas;

4.8.4.4.2. prazo máximo para solução: até 24 (vinte e quatro) horas.

4.8.5 Manutenções Programadas

4.8.5.1. As manutenções programadas que possam impactar a prestação do serviço deverão:

4.8.5.1.1. a) ser comunicadas à Contratante com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;

4.8.5.1.2. b) ocorrer preferencialmente fora do horário de expediente administrativo;

4.8.5.1.3. c) não comprometer os níveis mínimos de disponibilidade contratados, salvo autorização expressa da Contratante.

4.8.6 Escalonamento

4.8.6.1. Caso os prazos máximos de solução não sejam atendidos, a Contratada deverá adotar procedimentos de escalonamento técnico e gerencial até a completa normalização dos serviços.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.9. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e **visando garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade das informações trafegadas na rede institucional, em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes de segurança adotadas pela Administração Pública Federal.**

4.9.1 Proteção das Comunicações

4.9.1.1. A Contratada deverá assegurar que a infraestrutura utilizada na prestação do serviço:

4.9.1.1.1. a) garanta segregação lógica do tráfego da Contratante em relação aos demais clientes da rede da Contratada;

4.9.1.1.2. b) impeça acesso não autorizado às informações trafegadas;

4.9.1.1.3. c) utilize mecanismos que assegurem a integridade e confidencialidade dos dados durante a transmissão;

4.9.1.1.4. d) impeça interceptação, redirecionamento indevido ou vazamento de tráfego decorrente de falhas de configuração ou operação.

4.9.2 Controle de Acesso

4.9.2.1. A Contratada deverá adotar controles de acesso compatíveis com boas práticas de segurança, incluindo:

4.9.2.1.1. a) restrição de acesso lógico aos equipamentos e sistemas utilizados na prestação do serviço apenas a pessoal autorizado;

4.9.2.1.2. b) utilização de mecanismos de autenticação para acesso administrativo à infraestrutura;

4.9.2.1.3. c) manutenção de registros de acesso administrativo sempre que aplicável.

4.9.3 Monitoramento e Tratamento de Incidentes

4.9.3.1. A Contratada deverá:

4.9.3.1.1. a) monitorar continuamente a infraestrutura empregada na prestação dos serviços;

- 4.9.3.1.2. *b) identificar e tratar incidentes de segurança que possam impactar a rede da Contratante;*
- 4.9.3.1.3. *c) comunicar à Contratante, em prazo razoável, a ocorrência de incidentes de segurança que afetem ou possam afetar a disponibilidade, integridade ou confidencialidade dos serviços;*
- 4.9.3.1.4. *d) colaborar com ações de análise e mitigação quando solicitado pela Contratante.*

4.9.4 Atualizações de Segurança

4.9.4.1. *A Contratada deverá manter atualizados os sistemas, equipamentos e softwares empregados na prestação do serviço, aplicando correções e atualizações de segurança necessárias à mitigação de vulnerabilidades conhecidas, sem prejuízo à continuidade do serviço.*

4.9.5 Sigilo e Confidencialidade

4.9.5.1. *A Contratada deverá garantir o sigilo das informações às quais eventualmente tenha acesso em razão da execução contratual, comprometendo-se a:*

- 4.9.5.1.1. *a) não divulgar, reproduzir ou utilizar informações da Contratante para fins diversos da execução do contrato;*
- 4.9.5.1.2. *b) orientar seus empregados e prepostos quanto às obrigações de confidencialidade;*
- 4.9.5.1.3. *c) responder por ações ou omissões de seus profissionais que resultem em violação de segurança da informação.*

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.10. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.10.1 Requisitos Sociais

4.10.1.1. *A Contratada deverá:*

- 4.10.1.1.1. *a) cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e de saúde e segurança do trabalho aplicável aos profissionais envolvidos na execução contratual;*
- 4.10.1.1.2. *b) assegurar condições dignas de trabalho, observando normas relativas à proteção do trabalhador;*
- 4.10.1.1.3. *c) não empregar mão de obra infantil ou em condição análoga à de trabalho escravo, conforme legislação vigente;*
- 4.10.1.1.4. *d) promover, sempre que possível, boas práticas de inclusão e acessibilidade no ambiente de trabalho relacionado à execução contratual.*

4.10.2 Requisitos Ambientais

4.10.2.1. *Considerando a natureza do objeto, a Contratada deverá adotar práticas ambientalmente sustentáveis, incluindo:*

- 4.10.2.1.1. *a) destinação ambientalmente adequada de equipamentos, componentes eletrônicos e materiais eventualmente substituídos durante a execução contratual, observando a legislação ambiental aplicável e as diretrizes de logística reversa;*
- 4.10.2.1.2. *b) adoção de medidas que reduzam o consumo energético dos equipamentos utilizados na prestação do serviço, quando tecnicamente viável;*
- 4.10.2.1.3. *c) redução da geração de resíduos decorrentes de atividades de manutenção e instalação;*
- 4.10.2.1.4. *d) observância das normas ambientais vigentes durante atividades de instalação e manutenção da infraestrutura.*

4.10.3 Requisitos Culturais e Institucionais

4.10.3.1. *A Contratada deverá:*

- 4.10.3.1.1. *a) respeitar normas internas, regulamentos administrativos e diretrizes institucionais da Contratante durante a execução dos serviços nas dependências do órgão;*
- 4.10.3.1.2. *b) observar conduta compatível com o ambiente institucional e organizacional da Administração Pública;*
- 4.10.3.1.3. *c) preservar instalações físicas, patrimônio público e características culturais das unidades atendidas durante a execução das atividades técnicas.*

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.11. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.12. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.12.1 *A solução deverá:*

4.12.1.1. *a) utilizar tecnologia de rede privada corporativa que permita comunicação segura entre todas as unidades interligadas;*

4.12.1.2. *b) possibilitar comunicação direta entre os pontos da rede (any-to-any), sem necessidade de roteamento público para troca de tráfego interno;*

4.12.1.3. *c) garantir segregação lógica do tráfego institucional em relação a outros clientes da rede da Contratada;*

4.12.1.4. *d) permitir priorização de tráfego conforme classes de serviço, quando aplicável;*

4.12.1.5. *e) suportar crescimento da rede mediante inclusão de novos pontos de acesso sem necessidade de reestruturação da arquitetura existente.*

4.12.2 **Conectividade e Desempenho**

4.12.2.1. *A arquitetura deverá assegurar:*

4.12.2.1.1. *a) capacidade de transmissão compatível com os perfis de consumo das unidades atendidas;*

4.12.2.1.2. *b) baixa latência e estabilidade adequadas ao funcionamento de sistemas corporativos e aplicações críticas;*

4.12.2.1.3. *c) controle de congestionamento e manutenção da qualidade do serviço;*

4.12.2.1.4. *d) funcionamento contínuo em regime operacional ininterrupto (24x7).*

4.12.3 **Equipamentos de Acesso (CPE)**

4.12.3.1. *A solução deverá contemplar a disponibilização de equipamentos necessários à conexão das unidades, observando:*

4.12.3.1.1. *a) fornecimento em regime de comodato durante toda a vigência contratual;*

4.12.3.1.2. *b) compatibilidade com os enlaces contratados e com os protocolos de rede utilizados;*

4.12.3.1.3. *c) suporte a funcionalidades de roteamento e gerenciamento remoto;*

4.12.3.1.4. *d) substituição em caso de falha sem custos adicionais à Contratante;*

4.12.3.1.5. *e) vedação de bloqueios que impeçam a adequada fiscalização técnica do serviço pela Contratante.*

4.12.4 **Gerenciamento da Rede**

4.12.4.1. *A arquitetura deverá permitir:*

4.12.4.1.1. *a) monitoramento contínuo da disponibilidade e desempenho dos enlaces;*

4.12.4.1.2. *b) gerenciamento centralizado da solução pela Contratada;*

4.12.4.1.3. *c) disponibilização de informações operacionais e relatórios de desempenho à Contratante;*

4.12.4.1.4. *d) identificação proativa de falhas e degradações de serviço.*

4.12.5 **Interoperabilidade**

4.12.5.1. *A solução deverá:*

4.12.5.1.1. *a) operar de forma compatível com a infraestrutura tecnológica existente da Contratante;*

4.12.5.1.2. *b) permitir integração com serviços de rede já utilizados, incluindo acesso à internet, sistemas corporativos e demais serviços institucionais;*

4.12.5.1.3. *c) utilizar protocolos e padrões amplamente adotados pelo mercado, evitando dependência tecnológica exclusiva.*

4.12.6 **Escalabilidade e Evolução Tecnológica**

4.12.6.1. *A arquitetura deverá possibilitar:*

4.12.6.1.1. *a) ampliação de capacidade dos enlaces durante a vigência contratual, quando necessário;*

4.12.6.1.2. *b) inclusão de novas unidades à rede corporativa;*

4.12.6.1.3. *c) evolução tecnológica da infraestrutura sem interrupção significativa dos serviços.*

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.13. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.13.1 **Planejamento da Implantação**

4.13.1.1. A Contratada deverá elaborar e apresentar à Contratante, após a assinatura do contrato, plano de implantação contendo, no mínimo:

4.13.1.1.1. *a) cronograma detalhado de execução das atividades de instalação e ativação dos enlaces;*

4.13.1.1.2. *b) identificação das etapas de implantação por unidade atendida;*

4.13.1.1.3. *c) definição dos procedimentos técnicos necessários à ativação dos serviços;*

4.13.1.1.4. *d) indicação dos pontos de contato técnico da Contratada responsáveis pela implantação;*

4.13.1.1.5. *e) identificação de riscos operacionais e respectivas ações de mitigação.*

4.13.1.2. O plano deverá ser submetido à aprovação da Contratante antes do início das atividades de implantação.

4.13.2 Instalação e Configuração

4.13.2.1. A Contratada será responsável por:

- 4.13.2.1.1. a) instalação completa da infraestrutura necessária à prestação do serviço;
- 4.13.2.1.2. b) fornecimento, instalação e configuração dos equipamentos de acesso (CPE);
- 4.13.2.1.3. c) realização de configurações necessárias ao funcionamento da rede corporativa;
- 4.13.2.1.4. d) execução das adequações técnicas necessárias à ativação dos enlaces, observadas as condições das unidades da Contratante.

4.13.3 Testes e Validação

4.13.3.1. Antes da entrada definitiva em operação, deverão ser realizados testes de aceitação, contemplando:

- 4.13.3.1.1. a) verificação da conectividade entre os pontos da rede;
- 4.13.3.1.2. b) validação da capacidade contratada;
- 4.13.3.1.3. c) testes de estabilidade e funcionamento dos enlaces;
- 4.13.3.1.4. d) confirmação da comunicação com os sistemas institucionais.

4.13.3.2. A ativação definitiva somente ocorrerá após validação técnica pela Contratante.

4.13.4 Entrada em Operação

4.13.4.1. A entrada em operação dos serviços deverá ocorrer de forma planejada, podendo ser realizada de maneira gradual por unidade, conforme cronograma aprovado, assegurando:

- 4.13.4.1.1. a) continuidade dos serviços institucionais;
- 4.13.4.1.2. b) minimização de impactos operacionais;
- 4.13.4.1.3. c) acompanhamento técnico durante o período inicial de funcionamento.

4.13.5 Documentação da Implantação

4.13.5.1. Ao término da implantação, a Contratada deverá disponibilizar documentação técnica mínima contendo:

- 4.13.5.1.1. a) identificação dos enlaces implantados;
- 4.13.5.1.2. b) informações básicas de configuração necessárias à gestão contratual;
- 4.13.5.1.3. c) relação dos equipamentos instalados;
- 4.13.5.1.4. d) contatos técnicos para suporte e escalonamento.

4.13.6 Transição e Estabilização

4.13.6.1. A Contratada deverá prestar suporte assistido durante período inicial de estabilização da solução, realizando ajustes necessários ao pleno funcionamento dos serviços sem custos adicionais para a Contratante..

Requisitos de Implantação

4.14. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.14.1 Ordem de Serviço para Implantação

4.14.1.1. *A implantação dos enlaces e serviços será iniciada mediante emissão de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente pela Contratante, contendo a identificação das unidades a serem atendidas e demais informações necessárias à execução.*

4.14.2 Levantamento Técnico Inicial

4.14.2.1. *A Contratada deverá realizar levantamento técnico prévio nas unidades contempladas, quando necessário, com a finalidade de:*

- 4.14.2.1.1. *a) verificar condições técnicas para instalação dos enlaces;*
- 4.14.2.1.2. *b) identificar necessidades de adequações para ativação dos serviços;*
- 4.14.2.1.3. *c) planejar os meios de acesso e infraestrutura necessários à implantação.*

4.14.3 Responsabilidade pela Implantação

4.14.3.1. *Caberá à Contratada:*

- 4.14.3.1.1. *a) fornecer todos os materiais, equipamentos e serviços necessários à ativação dos enlaces;*
- 4.14.3.1.2. *b) executar instalação física e lógica dos serviços contratados;*

- 4.14.3.1.3. c) configurar os equipamentos necessários ao funcionamento da solução;
- 4.14.3.1.4. d) realizar testes técnicos prévios à ativação.

4.14.4 Ativação dos Serviços

- 4.14.4.1. A ativação dos enlaces somente será considerada concluída após:
 - 4.14.4.1.1. a) estabelecimento da conectividade plena com a rede corporativa;
 - 4.14.4.1.2. b) validação técnica pela equipe responsável da Contratante;
 - 4.14.4.1.3. c) comprovação do atendimento à capacidade contratada;
 - 4.14.4.1.4. d) funcionamento estável do enlace durante período mínimo de testes operacionais.

4.14.5 Implantação Gradual

4.14.5.1. A implantação poderá ocorrer de forma escalonada por unidades, conforme cronograma aprovado entre as partes, garantindo:

- 4.14.5.1.1. a) continuidade dos serviços existentes durante a transição;
- 4.14.5.1.2. b) redução de impactos operacionais;
- 4.14.5.1.3. c) acompanhamento técnico durante as ativações.

4.14.6 Prazo de Implantação

4.14.6.1. Os serviços deverão ser implantados dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço correspondente.

4.14.7 Responsabilidade por Custos de Implantação

4.14.7.1. Todos os custos necessários à implantação, incluindo instalação, configuração, testes e disponibilização de equipamentos, deverão estar incluídos no valor contratado, não sendo admitida cobrança adicional à Contratante.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.15. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

Requisitos de Experiência Profissional

4.16. Os serviços de assistência técnica, suporte, garantia, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

Requisitos de Formação da Equipe

4.17. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.18. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.19. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.20. O Contratado deverá fornecer meios formais para contato e registro de ocorrências, observando:

- 4.20.1 a) atendimento eletrônico (portal web, sistema de chamados ou meio equivalente) com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana;
- 4.20.2 b) atendimento telefônico com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, destinado à abertura e acompanhamento de chamados técnicos;
- 4.20.3 c) geração automática de número de protocolo para cada solicitação registrada;
- 4.20.4 d) possibilidade de acompanhamento do andamento das solicitações pela Contratante.

4.21. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante, por meio de monitoramento ativo da solução, devendo comunicar tempestivamente à Contratante quaisquer incidentes, degradações de desempenho, indisponibilidades ou situações que possam impactar a prestação dos serviços.

4.22. **O Contratado deverá manter metodologia de trabalho baseada em processos formais de gestão de serviços, contemplando, no mínimo:**

4.23. **a) registro, classificação e priorização das demandas recebidas;**

4.24. **b) controle das atividades executadas e dos prazos de atendimento;**

4.25. **c) rastreabilidade das ações realizadas para solução de incidentes;**

4.26. **d) comunicação periódica do status das solicitações abertas;**

4.27. **e) registro histórico das ocorrências para fins de auditoria e gestão contratual.**

4.28. **Sempre que solicitado, o Contratado deverá disponibilizar relatórios gerenciais contendo informações sobre atendimentos realizados, incidentes registrados, tempos de resposta, tempos de solução e indicadores de desempenho dos serviços.**

4.29. **A metodologia de trabalho adotada deverá assegurar a continuidade operacional dos serviços e a observância dos níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.**

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.30. **O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:**

4.31. **O Contratado deverá assegurar que a prestação dos serviços preserve a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade das informações trafegadas na rede corporativa da Contratante.**

4.32. **A infraestrutura utilizada na prestação dos serviços deverá garantir segregação lógica do tráfego da Contratante em relação a outros clientes da rede da Contratada, prevenindo acessos não autorizados ou compartilhamento indevido de informações.**

4.33. **O acesso administrativo aos sistemas e equipamentos utilizados na prestação do serviço deverá ser restrito a profissionais autorizados, mediante mecanismos adequados de autenticação e controle de acesso.**

4.34. **O Contratado deverá manter registros das atividades administrativas relevantes realizadas na infraestrutura associada à prestação dos serviços, quando aplicável, assegurando rastreabilidade para fins de auditoria e investigação de incidentes.**

4.35. **Eventuais incidentes de segurança da informação que possam impactar os serviços contratados deverão ser comunicados à Contratante em prazo razoável após sua identificação, contendo descrição do evento, impactos identificados e medidas adotadas para mitigação.**

4.36. **O Contratado deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger dados pessoais eventualmente tratados durante a execução contratual, observando o disposto na Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).**

4.37. **O Contratado deverá garantir que seus empregados, prepostos e subcontratados mantenham sigilo sobre quaisquer informações às quais tenham acesso em decorrência da execução contratual, mesmo após o encerramento do contrato.**

4.38. **Sempre que solicitado, o Contratado deverá cooperar com ações de auditoria, verificação ou apuração conduzidas pela Contratante relacionadas à segurança da informação e à proteção de dados.**

4.39. **A Contratada deverá adotar procedimentos de atualização e correção de vulnerabilidades que possam comprometer a segurança da solução, sem prejuízo à continuidade dos serviços.**

Vistoria

4.40. **Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.**

4.41. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.42. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Sustentabilidade

4.43. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.43.1.1. *Sempre que aplicável, a execução contratual deverá observar critérios de sustentabilidade previstos em normativos federais relacionados às contratações públicas sustentáveis, desde que não comprometam a competitividade do certame nem a eficiência da solução contratada.*

Subcontratação

4.44. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.45. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Informações relevantes para o [dimensionamento E/OU apresentação] da proposta

4.46. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.46.1 a) a prestação dos serviços ocorrerá em unidades administrativas e operacionais distribuídas conforme relação constante neste Termo de Referência e seus anexos;

4.46.2 b) os serviços deverão ser prestados de forma contínua, em regime de operação 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana;

4.46.3 c) caberá à Contratada avaliar os meios técnicos necessários à disponibilização dos enlaces de comunicação, considerando as características regionais das localidades atendidas;

4.46.4 d) todos os custos relacionados à implantação, operação, manutenção, suporte técnico, fornecimento de equipamentos e demais recursos necessários à plena execução do objeto deverão estar contemplados na proposta comercial;

4.46.5 e) os licitantes deverão considerar, na composição de preços, eventuais necessidades de infraestrutura complementar indispensável à ativação dos serviços, não sendo admitida cobrança posterior por custos necessários à prestação regular do serviço;

4.46.6 f) a Contratante poderá solicitar ativações gradativas dos serviços, conforme planejamento operacional e emissão de Ordens de Serviço;

4.46.7 g) os quantitativos e capacidades informados representam estimativas baseadas no levantamento constante do Estudo Técnico Preliminar, devendo os licitantes considerar tais informações para o correto dimensionamento da solução ofertada

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1 nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

- 5.1.2 encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
 - 5.1.3 receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
 - 5.1.4 aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
 - 5.1.5 liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
 - 5.1.6 comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
 - 5.1.7 definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
 - 5.1.8 prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.
- 5.2. São obrigações do CONTRATADO:
- 5.2.1 indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
 - 5.2.2 atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
 - 5.2.3 reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
 - 5.2.4 propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
 - 5.2.5 manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
 - 5.2.6 quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
 - 5.2.7 quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
 - 5.2.8 ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
 - 5.2.9 fazer a transição contratual, quando for o caso.
- 5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:
- 5.3.1 efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
 - 5.3.2 conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
 - 5.3.3 definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
 - 5.3.4 as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.5 definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.6 definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.7 a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.8 as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e

5.3.9 as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1 Início da execução do objeto

6.1.1.1. O início da execução do objeto ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Serviço inicial, após a assinatura do contrato.

6.1.2 Descrição dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias e procedimentos

6.1.2.1. A execução dos serviços compreenderá a prestação continuada de serviços de comunicação de dados por meio de rede corporativa, observando as seguintes rotinas operacionais:

6.1.2.1.1. a) planejamento da implantação dos enlaces conforme Ordens de Serviço emitidas pela Contratante;

6.1.2.1.2. b) levantamento técnico das localidades quando necessário;

6.1.2.1.3. c) instalação e configuração dos enlaces e equipamentos de acesso;

6.1.2.1.4. d) realização de testes técnicos e validação operacional dos serviços;

6.1.2.1.5. e) ativação dos circuitos após aceite técnico da Contratante;

6.1.2.1.6. f) operação contínua da solução em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana;

6.1.2.1.7. g) monitoramento proativo da rede pela Contratada;

6.1.2.1.8. h) atendimento a incidentes, solicitações de suporte e manutenções necessárias;

6.1.2.1.9. i) emissão periódica de relatórios operacionais e de desempenho;

6.1.2.1.10. j) execução de ajustes técnicos necessários à manutenção dos níveis de serviço contratados.

6.1.3 Cronograma de realização dos serviços

6.1.3.1. A execução observará cronograma dividido em fases, conforme abaixo:

FASE	DESCRIÇÃO	PRAZO MÁXIMO
Fase 1	Planejamento e apresentação do Plano de Implantação	até 10 dias após OS inicial
Fase 2	Implantação dos enlaces e instalação dos equipamentos	até 30 dias após aprovação do plano
Fase 3	Testes e validação técnica	até 5 dias após implantação
Fase 4	Entrada em operação assistida	início imediato após aceite durante toda a vigência
Fase 5	Operação continuada e suporte técnico	contratual

6.1.4 Etapas de execução

6.1.4.1. A execução do objeto ocorrerá conforme as seguintes etapas:

6.1.4.1.1. a) Etapa de Planejamento: realizada após emissão da Ordem de Serviço inicial, compreendendo definição do cronograma e organização das atividades;

6.1.4.1.2. b) Etapa de Implantação: iniciada após aprovação do plano de implantação pela Contratante;

6.1.4.1.3. c) Etapa de Validação: realizada após conclusão das instalações, mediante testes técnicos e homologação;

6.1.4.1.4. d) Etapa de Operação Assistida: período inicial de estabilização dos serviços após ativação;

6.1.4.1.5. e) Etapa de Operação Continuada: prestação regular dos serviços com monitoramento, suporte e manutenção durante toda a vigência contratual.

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Conforme Anexo deste Termo de Referência.

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

6.3.1 a) de segunda-feira a quinta-feira, das 07h30 às 12h00 e das 13h00 às 16h30;

6.3.2 b) às sextas-feiras, das 07h30 às 11h30.

6.3.3 Atividades que demandem execução fora do horário estabelecido poderão ser realizadas mediante prévia autorização da Contratante, especialmente quando necessárias à continuidade dos serviços ou à mitigação de impactos operacionais.

6.3.4 Os serviços de monitoramento, suporte técnico e atendimento a incidentes deverão ocorrer em regime contínuo, conforme os níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência, independentemente do horário administrativo da Contratante.

Rotinas a serem cumpridas

6.3.5 A execução contratual observará as rotinas *abaixo*:

6.3.5.1. Executar os serviços conforme Ordens de Serviço emitidas pela Contratante, respeitando os prazos, condições e níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.

6.3.5.2. Manter operação contínua da solução em regime de funcionamento ininterrupto, assegurando a disponibilidade dos enlaces e serviços contratados durante toda a vigência contratual.

6.3.5.3. Realizar monitoramento proativo da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços, identificando e tratando preventivamente falhas ou degradações de desempenho.

6.3.5.4. Registrar todos os atendimentos, incidentes e solicitações em sistema formal de chamados, garantindo rastreabilidade das ações executadas.

6.3.5.5. Atender e solucionar incidentes técnicos dentro dos prazos estabelecidos nos Acordos de Nível de Serviço (SLA).

6.3.5.6. Comunicar tempestivamente à Contratante quaisquer eventos que possam impactar a disponibilidade, desempenho ou segurança dos serviços.

6.3.5.7. Executar manutenções preventivas e corretivas necessárias à continuidade da prestação dos serviços, observando os procedimentos definidos neste Termo de Referência.

6.3.5.8. Disponibilizar suporte técnico especializado para atendimento das demandas da Contratante, conforme canais de atendimento definidos.

6.3.5.9. Elaborar e disponibilizar relatórios periódicos contendo, no mínimo:

6.3.5.9.1. a) indicadores de disponibilidade dos enlaces;

6.3.5.9.2. b) registros de incidentes e atendimentos realizados;

6.3.5.9.3. c) tempos de resposta e solução;

6.3.5.9.4. d) ocorrências relevantes no período.

6.3.5.10. Manter atualizadas as informações técnicas necessárias à gestão contratual e à fiscalização dos serviços.

6.3.5.11. Garantir que intervenções técnicas que possam causar impacto operacional sejam previamente comunicadas e acordadas com a Contratante, salvo em situações emergenciais.

Materiais a serem disponibilizados

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.4.1 a) roteadores, modems ou equipamentos equivalentes de acesso (CPE);

6.4.2 b) fontes de alimentação e cabos necessários à instalação;

6.4.3 c) acessórios indispensáveis ao funcionamento da solução;

6.4.4 d) softwares embarcados e licenças necessárias à operação dos equipamentos.

6.1. Os equipamentos disponibilizados deverão:

6.1.1 a) estar em perfeito estado de funcionamento;

6.1.2 b) ser compatíveis com a solução ofertada;

6.1.3 c) possuir suporte técnico e atualizações necessárias durante toda a vigência contratual;

6.1.4 d) ser substituídos em caso de falha ou defeito, sem custos adicionais para a Contratante.

6.1. Caberá à Contratada a responsabilidade pela instalação, configuração, manutenção, substituição e retirada dos equipamentos fornecidos, inclusive ao término da vigência contratual.

6.1. Todos os custos relacionados ao fornecimento, transporte, instalação, operação e manutenção dos materiais e equipamentos deverão estar contemplados na proposta comercial apresentada.

6.1. A Contratante disponibilizará apenas infraestrutura básica existente nas unidades, tais como espaço físico, energia elétrica e acesso às dependências, quando necessários à execução dos serviços..

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.2.1 Para fins de adequada elaboração e dimensionamento das propostas pelos licitantes, esclarece-se que a presente contratação contempla exclusivamente os enlaces de comunicação de dados detalhados no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que integra o processo administrativo da contratação.

6.2.2 Os quantitativos, localidades e velocidades iniciais dos links encontram-se previamente definidos com base no levantamento técnico realizado no ETP, devendo os licitantes considerar tais parâmetros como referência obrigatória para a composição de suas propostas comerciais.

6.2.3 A Contratante planeja contratar apenas os enlaces especificados no referido estudo, com as respectivas capacidades inicialmente estabelecidas, as quais refletem a necessidade atual identificada para atendimento das demandas institucionais.

6.2.4 Os licitantes deverão considerar, na formulação da proposta, todos os custos necessários à implantação, operação, manutenção, suporte técnico e garantia da solução, observando integralmente as características e condições descritas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

6.2.5 Eventuais ampliações futuras de capacidade ou inclusão de novos enlaces, caso venham a ocorrer, dependerão de instrumento contratual próprio, observada a legislação vigente, não constituindo obrigação automática decorrente desta contratação.

Formas de transferência de conhecimento

6.3. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.
Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.4. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.5. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no [Anexo].

6.6. As Ordens de Serviço constituirão o instrumento formal para acompanhamento, controle e verificação da execução contratual, permitindo a comparação entre os serviços planejados e aqueles efetivamente executados.

6.7. O quantitativo mínimo de serviços considerados para fins de comparação e controle corresponde aos enlaces e capacidades inicialmente definidos no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que fundamenta a presente contratação.

6.8. A execução dos serviços deverá observar estritamente os quantitativos, localidades e características estabelecidos nas Ordens de Serviço emitidas pela Contratante, não sendo admitida execução sem prévia formalização.

6.9. O acompanhamento das Ordens de Serviço permitirá à Contratante verificar o cumprimento dos prazos, níveis de serviço e condições estabelecidas neste Termo de Referência, servindo como base para aceite dos serviços e eventual aplicação de sanções contratuais.

6.10. A ausência de Ordem de Serviço formal impossibilitará o reconhecimento da execução para fins de medição e pagamento.

Mecanismos formais de comunicação

6.11. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Ordem de Serviço;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados;
- V) E-mails e Cartas;

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.12. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.13. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS IV.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período de execução do contrato*.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1 Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2 Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3 esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4 A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5 Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

- 7.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 7.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 7.18.1 a) acompanhar a execução dos serviços quanto aos aspectos técnicos e operacionais;
 - 7.18.2 b) verificar o cumprimento dos níveis de serviço (SLA) estabelecidos;
 - 7.18.3 c) validar a ativação dos enlaces e a correta prestação dos serviços contratados;
 - 7.18.4 d) registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
 - 7.18.5 e) solicitar correções ou ajustes necessários à adequada prestação dos serviços;
 - 7.18.6 f) acompanhar a abertura e tratamento de chamados técnicos;
 - 7.18.7 g) analisar relatórios operacionais e indicadores de desempenho apresentados pela Contratada;
 - 7.18.8 h) atestar tecnicamente a execução dos serviços para fins de medição e pagamento;
 - 7.18.9 i) comunicar ao Gestor do Contrato eventuais descumprimentos contratuais.
- 7.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

- 7.20. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 7.22. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 7.22.1 a) acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais sob os aspectos administrativos e formais;
 - 7.22.2 b) verificar a regularidade da documentação exigida para a execução do contrato;
 - 7.22.3 c) conferir a manutenção das condições de habilitação e qualificação da Contratada durante toda a vigência contratual;
 - 7.22.4 d) analisar a documentação apresentada para fins de pagamento, em conformidade com as medições e atestes técnicos;
 - 7.22.5 e) verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada previamente à autorização de pagamento, quando aplicável;
 - 7.22.6 f) acompanhar prazos contratuais, vigência, eventuais prorrogações e ajustes necessários;
 - 7.22.7 g) registrar ocorrências administrativas relacionadas à execução do contrato;
 - 7.22.8 h) apoiar o Gestor do Contrato na adoção de providências administrativas decorrentes de descumprimentos contratuais;

7.22.9 i) manter organizados os registros e documentos relacionados à execução contratual para fins de controle interno e auditoria.

Gestor do Contrato

7.23. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.23.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.23.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.23.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.23.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.23.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.23.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.23.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.23.8 receber e dar encaminhamento imediato:

7.23.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.23.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme definido no ANEXO B – Caderno de Métricas, parte integrante deste Termo de Referência, destinado à aferição da qualidade, disponibilidade e desempenho dos serviços contratados.

8.1.1 O IMR estabelece indicadores objetivos de desempenho relacionados à prestação dos serviços de conectividade MPLS, incluindo, entre outros:

- 8.1.1.1. disponibilidade dos enlaces;
- 8.1.1.2. cumprimento dos prazos de atendimento;
- 8.1.1.3. níveis de serviço (SLA);
- 8.1.1.4. desempenho da rede;
- 8.1.1.5. qualidade operacional dos serviços prestados.

8.1.2 Os indicadores, fórmulas de cálculo, metas, periodicidade de apuração, níveis mínimos aceitáveis e respectivos impactos financeiros encontram-se detalhados no ANEXO B – Caderno de Métricas.

8.1.3 A apuração dos indicadores será realizada mensalmente pela fiscalização técnica do contrato, com base nos relatórios operacionais apresentados pela Contratada e nas verificações realizadas pela Contratante.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1 não produziu os resultados acordados,

8.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1 o cumprimento dos níveis mínimos de serviço definidos no ANEXO B – Caderno de Métricas;

8.4.2 a disponibilidade efetiva dos enlaces e serviços contratados no período de referência;

8.4.3 a validação da execução pela fiscalização técnica e administrativa do contrato;

8.4.4 a inexistência de pendências técnicas, operacionais ou documentais que impeçam o aceite dos serviços;

8.4.5 a apresentação, pela Contratada, dos relatórios mensais de desempenho e faturamento compatíveis com os indicadores aferidos.

Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 10 (*dez*) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

- 8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento as seguintes etapas:.
- 8.10.1 *a ativação dos enlaces contratados;*
 - 8.10.2 *a verificação da conectividade fim a fim;*
 - 8.10.3 *a validação dos parâmetros mínimos de desempenho e disponibilidade previstos;*
 - 8.10.4 *a entrega da documentação técnica e relatórios iniciais de operação.*
- 8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- 8.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 8.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
 - 8.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
 - 8.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 8.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.22. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

- 8.22.1 a) verificação de conectividade fim a fim entre os pontos contratados;
- 8.22.2 b) testes de disponibilidade dos enlaces;
- 8.22.3 c) aferição de largura de banda contratada (throughput);
- 8.22.4 d) medição de latência, jitter e perda de pacotes;
- 8.22.5 e) validação do roteamento e da segmentação lógica da rede MPLS;
- 8.22.6 f) verificação dos mecanismos de redundância, quando aplicáveis;
- 8.22.7 g) validação do acesso aos sistemas de monitoramento disponibilizados pela Contratada.

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.28.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.28.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*, de correção monetária.

Forma de pagamento

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/02/2026.

8.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 8.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.46. O reajuste será realizado por apostilamento.
- Cessão de Crédito**
- 8.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.47.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.47.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.47.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.47.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

- 9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	<i>Não prestar os esclarecimentos solicitados pela fiscalização referentes à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que deverão ser</i>	<i>Multa de 0,2% sobre o valor total do contrato por dia útil de atraso na prestação das informações por escrito, ou por outro meio autorizado pela Contratante, até o limite de 10 (dez) dias úteis.</i>

	<i>respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis.</i>	<i>Após o limite de 10 (dez) dias úteis, aplicar-se-á multa adicional de 2% do valor total do contrato.</i>
2	<i>Não atendimento ao indicador de nível de serviço IAP – Índice de Atendimento no Prazo</i>	<i>IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.</i> <i>IAP >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</i> <i>IAP >= 70% e < 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</i> <i>IAP < 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</i>
3	<i>Indisponibilidade do enlace superior aos limites de SLA definidos no ANEXO B – Caderno de Métricas</i>	<i>Aplicação de glosa proporcional conforme métricas e fórmulas estabelecidas no ANEXO B – Caderno de Métricas, incidente sobre a fatura do período de apuração.</i>
4	<i>Descumprimento dos prazos de implantação ou ativação dos enlaces estabelecidos em Ordem de Serviço</i>	<i>Multa de 0,3% do valor mensal do enlace afetado por dia corrido de atraso, limitada a 10% do valor mensal correspondente.</i>
5	<i>Não cumprimento das obrigações relativas à segurança da informação previstas neste Termo de Referência</i>	<i>Advertência formal e determinação de correção imediata. Persistindo a irregularidade, multa de 1% do valor total do contrato por ocorrência.</i>
N	<i>Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.</i>	<i>Advertência.</i> <i>Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 2% do valor total do contrato.</i>

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1 não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4 Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

9.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

9.4.4.7.1. I – falha reiterada na comunicação com a fiscalização do contrato;

9.4.4.7.2. II – descumprimento de obrigações acessórias que não impactem diretamente a disponibilidade dos serviços;

9.4.4.7.3. III – atraso injustificado na entrega de relatórios operacionais ou documentação técnica exigida;

9.4.4.7.4. IV – não atualização de registros técnicos e operacionais da solução contratada.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2 as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Regime de Execução

10.2. O regime de execução do contrato será por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Exigências de habilitação

- 10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:
Habilitação jurídica
- 10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 10.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de prestação de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, nos termos do art. 131 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), e regulamentação vigente.
- 10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- Habilitação fiscal, social e trabalhista
- 10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação**

- 10.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 10.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 10.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.32.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente perante a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em plena validade.

10.33.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

10.34. Prova de atendimento aos requisitos para prestação de serviços de telecomunicações, mediante apresentação de Ato de Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, nos termos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações) e regulamentação vigente.

Qualificação Técnico

10.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.35.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.35.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

10.35.1.2. prestação de serviços de rede corporativa de comunicação de dados utilizando tecnologia MPLS, IP/MPLS, SD-WAN ou tecnologia equivalente, com gerenciamento e garantia de níveis de serviço (SLA);

10.35.1.3. operação simultânea de rede contendo, no mínimo:

10.35.1.4. rede corporativa com interligação de, no mínimo, 05 (cinco) localidades distintas.

10.35.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

10.35.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.35.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.35.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.38. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

10.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.44. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.44.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.44.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.44.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.44.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.44.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.44.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.44.6.1. ata de fundação;

10.44.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.44.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.44.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

- 10.44.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 10.44.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 10.44.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, R\$ 3.060.003,00 é de (três milhões, sessenta mil e três reais), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11.1.1 Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

11.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.2 *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

11.3.3 *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

11.3.4 *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

<div><div></div><div>Integrante Técnico <i>LUIZ HENRIQUE CHAGAS DE LIMA – 2º Ten</i> <i>Ch Sec Prjt</i></div></div>	<div><div></div><div>Integrante Técnico <i>DAVID DA SILVA MARTINS - Asp</i> <i>Adj Sec Prjt</i></div></div>
--	--

Autoridade Máxima da Área de TIC
<div><div></div><div><i>RAPHAEL PINTO DE SOUZA – 1º Ten</i> <i>Ch DT</i></div></div>

Aprovo,

Autoridade Competente
<div><div></div><div><i>LUCÍDIO LOPES DA SILVA JUNIOR - Cel</i> <i>Ordenador de Despesas do Cmdo CMA</i></div></div>



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
4º CENTRO DE TELEMÁTICA DE ÁREA
(Centro de Processamento de Dados nº 5/1978)**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)
Contratação de Serviço de Comunicação de Dados – Rede MPLS L2**

20 de janeiro de 2026, Manaus - Amazonas

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade analisar a necessidade, a viabilidade técnica e econômica e as alternativas disponíveis para a contratação de serviço de comunicação de dados por meio de rede MPLS IP (L2), visando atender às Organizações Militares apoiadas pelo 4º Centro de Telemática de Área (4º CTA), no município de Manaus/AM, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

2. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

O 4º Centro de Telemática de Área é responsável pelo provimento, operação, manutenção e apoio aos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) das Organizações Militares integrantes do Comando Militar da Amazônia (CMA), da 12ª Região Militar (12ª RM) e das Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS).

A demanda decorre da necessidade de garantir conectividade segura, estável e contínua entre as Organizações Militares apoiadas, diante da crescente dependência de sistemas corporativos, aplicações críticas e serviços de comunicação de dados.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O 4º Centro de Telemática de Área (4º CTA) é uma Organização Militar do Exército Brasileiro responsável pelo provimento, operação, manutenção e apoio aos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) destinados às Organizações Militares (OM) integrantes do Comando Militar da Amazônia (CMA), da 12ª Região Militar (12ª RM) e das respectivas Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS), localizadas no município de Manaus/AM.

Atualmente, a conectividade das Organizações Militares apoiadas pelo 4º CTA encontra-se parcialmente sustentada por instrumentos de cooperação institucional, os quais possuem vigência limitada, ausência de SLA formalizado e dependem de fatores externos à governança direta do Exército Brasileiro.

O aumento da utilização de sistemas corporativos, aplicações administrativas, telefonia IP, videoconferência, serviços de segurança da informação e soluções integradas de monitoramento exige uma infraestrutura de rede corporativa robusta, gerenciável, previsível e com alta disponibilidade.

A inexistência de uma solução contratual definitiva, com níveis de serviço formalmente estabelecidos, pode ocasionar indisponibilidades, degradação de desempenho e riscos à continuidade das atividades administrativas e operacionais das Organizações Militares, impactando diretamente a capacidade de comando, controle e apoio logístico.

Dessa forma, torna-se imprescindível a adoção de uma solução de comunicação de dados que permita interligação corporativa privada, com garantia de qualidade de serviço, priorização de tráfego e monitoramento contínuo, atendendo às particularidades e restrições de segurança do ambiente militar.

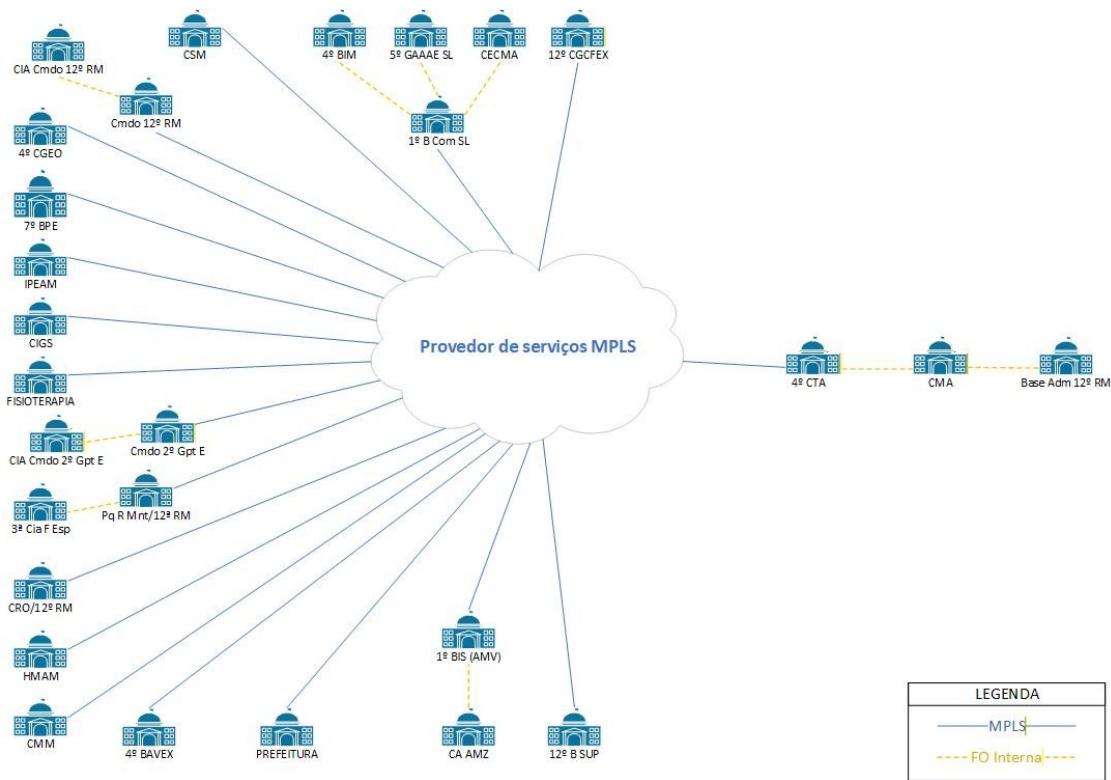
4. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Avaliar e fundamentar a contratação de serviço de comunicação de dados por meio de rede MPLS IP (L2), com o objetivo de:

- Garantir a interligação segura das Organizações Militares apoiadas;
- Assegurar a continuidade operacional dos serviços de rede;
- Prover qualidade de serviço, estabilidade e previsibilidade;
- Permitir gerenciamento centralizado pelo 4º CTA.

5. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

A contratação abrangerá o fornecimento de serviços de comunicação de dados por meio de rede MPLS IP (Camada 2) para interligação das Organizações Militares apoiadas pelo 4º CTA, localizadas no município de Manaus/AM, conforme dimensionamento a seguir.



5.1 Dimensionamento por Organização Militar

OM	Velocidade Contratada (Mbps)	Valor Mensal (R\$)
4º CTA	1000	6.450,00
CMDO 12º RM	500	3.181,76
Cmdo 2º Gpt E	500	3.181,76
1º B Com GE SI	500	3.181,76
CRO/12º RM	500	3.181,76
HMAM	500	3.181,76

CMM	500	3.181,76
4º BAVEX	500	3.181,76
1º BIS (AMV)	500	3.181,76
12º B SUP	500	3.181,76
12º CGCFEX	500	3.181,76
4º CGEO	500	3.181,76
7º BPE	500	3.181,76
CIGS	500	3.181,76
Pq R Mnt/12ª RM	500	3.181,76
Fisioterapia	100	1.318,67
CSM	100	1.318,67
Prefeitura	100	1.318,67
IPEAM	500	3.181,76
TOTAL MENSAL		58.132,41
TOTAL ANUAL		697.588,92

6. REQUISITOS TÉCNICOS DA SOLUÇÃO

A solução a ser contratada deverá prover serviço de comunicação de dados por meio de **Rede MPLS IP – Camada 2 (L2)**, atendendo aos requisitos técnicos mínimos descritos a seguir, de forma a garantir desempenho, segurança, disponibilidade e continuidade dos serviços de TIC das Organizações Militares apoiadas pelo 4º CTA.

6.1 Arquitetura e Tecnologia

- Utilização de tecnologia **MPLS IP (Layer 2)**, com roteamento gerenciado pela contratada;
- Topologia que permita **interligação corporativa privada** entre todas as Organizações Militares e o ponto central definido pelo 4º CTA;
- Segregação lógica do tráfego, garantindo isolamento em relação à Internet pública;
- Suporte à criação de **VRF (Virtual Routing and Forwarding)**, quando necessário.

6.2 Capacidade e Desempenho

- Links **dedicados, simétricos, ilimitados e não compartilhados**;
- Banda mínima garantida conforme dimensionamento por Organização Militar, variando entre **100 Mbps e 500 Mbps**, conforme escopo da contratação;
- Possibilidade de ampliação de banda durante a vigência contratual, mediante termo aditivo;
- Latência, jitter e perda de pacotes compatíveis com aplicações críticas, como:
 - Sistemas corporativos do Exército;
 - Telefonia IP;
 - Videoconferência;

- Sistemas de monitoramento e controle.

6.3 Qualidade de Serviço (QoS)

- Implementação obrigatória de mecanismos de Qualidade de Serviço (QoS);
- Priorização de tráfego para aplicações críticas definidas pelo 4º CTA;
- Garantia de desempenho mesmo em situações de pico de utilização.

6.4 Disponibilidade e SLA

- Disponibilidade mínima mensal de 99,5%, por ponto de acesso;
- SLA formalizado em contrato, com métricas claras de medição;
- Definição de tempo máximo de reparo (MTTR), a ser detalhado no Termo de Referência.
- Penalidades financeiras (multas) em caso de descumprimento do SLA;
- Registro e disponibilização de relatórios mensais de desempenho.

6.5 Segurança da Informação

- Atendimento às normas e diretrizes de Segurança da Informação do Exército Brasileiro;
- Proteção contra acessos não autorizados;
- Possibilidade de integração com soluções de firewall, IDS/IPS e outros mecanismos de segurança existentes;
- Proibição de roteamento do tráfego MPLS pela Internet pública.

6.6 Monitoramento e Gerenciamento

- Monitoramento **24x7** da rede pela contratada;
- Central de suporte técnico com funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- Abertura de chamados por telefone, e-mail ou sistema eletrônico;
- Disponibilização de acesso a portal ou relatórios para acompanhamento de desempenho e incidentes, quando solicitado pelo 4º CTA.

6.7 Implantação e Migração

- Implantação dos circuitos sem interrupção dos serviços existentes;
- Planejamento de migração coordenado com o 4º CTA;
- Execução de testes de aceitação antes da entrada em produção;
- Garantia de operação paralela, quando necessário, para mitigação de riscos.
- Responsabilidade da contratada pela obtenção de autorizações junto a concessionárias, quando aplicável.

6.8 Responsabilidades da Contratada

- Fornecimento, configuração e manutenção de todos os equipamentos necessários à prestação do serviço;
- Manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura sob sua responsabilidade;
- Restabelecimento do serviço dentro dos prazos definidos no SLA;
- Atendimento técnico especializado compatível com ambiente crítico e militar.

6.9 Possibilidade de Expansão

- Considerando a natureza dinâmica da demanda administrativa e a possibilidade de ampliação das unidades atendidas, prevê-se a eventual necessidade de inclusão de novos pontos de prestação do serviço ao longo da vigência contratual.
 - Tal ampliação ocorrerá conforme a necessidade da Administração, respeitando os limites legais estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto aos acréscimos contratuais, mantendo-se as mesmas condições técnicas e comerciais pactuadas.
-

7. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS

7.1 Renovação do Acordo de Cooperação - PRODAM (PAC)

- Dependência de acordo com prazo determinado;
- Risco de descontinuidade do serviço.
- Inexistência de penalidades contratuais por indisponibilidade;

Alternativa considerada inadequada.

7.2 Links dedicados independentes (Internet)

- Gerenciamento centralizado;
- Maior complexidade operacional.

Alternativa tecnicamente limitada.

7.3 Rede MPLS Corporativa

- Gerenciamento centralizado;
- Qualidade de serviço garantida;
- SLA contratual;
- Maior segurança e confiabilidade.

Considera-se, portanto, a alternativa que melhor atende aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço.

8. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA E DA VIGÊNCIA

A rede MPLS IP (L2) é a solução mais adequada por permitir a interligação segura e confiável das Organizações Militares, com controle de tráfego e priorização de aplicações críticas.

- **Natureza Contínua:** O serviço é essencial para a manutenção das atividades finalísticas do 4º CTA e das OMs apoiadas, não podendo sofrer solução de continuidade sob pena de paralisar sistemas de Comando e Controle, serviços hospitalares (HMAM) e administrativos.
 - **Vigência Plurianual:** Justifica-se a contratação por prazo prolongado (conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021) para permitir a amortização dos custos de investimento inicial (Capex) pela contratada, resultando em mensalidades menos onerosas e garantindo a estabilidade técnica da malha de dados.
 - **Eficiência Administrativa:** A vigência estendida evita o alto custo processual de licitações anuais e os riscos técnicos inerentes à migração frequente de circuitos de dados críticos.
-

9. ESTIMATIVA DE CUSTOS

9.1 Custo dos Serviços MPLS

Com base no dimensionamento apresentado, estima-se o seguinte custo para a contratação dos serviços de comunicação de dados por meio de rede MPLS:

- Valor mensal estimado: R\$ 58.132,41
- Valor anual estimado (12 meses): R\$ 697.588,92

Os valores apresentados possuem caráter estimativo e destinam-se exclusivamente a fins de planejamento técnico e orçamentário, sendo o valor final a ser contratado definido por meio de regular processo licitatório, em conformidade com a legislação vigente. Ressalta-se que tais estimativas se encontram compatíveis com os preços praticados no mercado local, conforme pesquisas preliminares realizadas.

9.2 Custo com Locação de Postes (Compartilhamento de Infraestrutura)

Considerando a necessidade de sustentação de cabos de fibra óptica em postes para implantação de infraestrutura própria, foi analisado o custo referente ao serviço de locação de postes, conforme memória de cálculo abaixo:

Memória de Cálculo:

- Quantidade de pontos de compartilhamento: 5.474 unidades
- Valor unitário mensal: R\$ 10,36

Cálculo:

- Valor mensal:
 $5.474 \times R\$ 10,36 = R\$ 56.710,64$
- Valor anual:
 $R\$ 56.710,64 \times 12 = R\$ 680.527,68$

Observação: os valores de locação de postes estão sujeitos a reajuste anual pelo índice IGP-DI/FGV, conforme Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura (CMA).

9.3 Custo com Manutenção de Fibra Óptica (Infraestrutura Própria)

Considerando a alternativa de manutenção de infraestrutura própria de fibra óptica (FO) para interligação das Organizações Militares no município de Manaus/AM, faz-se necessária a estimativa dos custos associados às atividades de manutenção preventiva e corretiva da rede física instalada.

Os custos de manutenção de fibra óptica abrangem, entre outros, os seguintes serviços e insumos:

- Reparos em cabos de fibra óptica decorrentes de rompimentos acidentais;
- Substituição de caixas de emenda, cordões ópticos e acessórios;
- Serviços de fusão óptica e testes de certificação;
- Deslocamento de equipes técnicas especializadas;
- Aquisição de materiais e insumos necessários à recomposição da infraestrutura.

Com base em levantamentos técnicos, histórico de ocorrências, características da malha de fibra instalada e práticas de mercado para manutenção de redes metropolitanas de médio porte, estima-se um custo médio anual da ordem de **R\$ 100.000,00** (cem mil reais) para a manutenção da infraestrutura própria de fibra óptica.

Ressalta-se que esse valor é estimativo e poderá sofrer variações em função da frequência de incidentes, condições climáticas, intervenções de terceiros na via pública e necessidade de reparos emergenciais, não estando contemplados, neste montante, os custos indiretos relacionados à alocação de pessoal militar, gestão contratual e eventual indisponibilidade dos serviços durante o período de manutenção.

10. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS E VIABILIDADE ECONÔMICA

A análise detalhada dos custos evidencia a clara vantagem da terceirização via MPLS em relação à manutenção de infraestrutura própria (REME):

- Custo MPLS (Serviço): O valor anual estimado é de R\$ 697.588,92.
- Custo Infraestrutura Própria (Manutenção): O custo anual apenas com locação de 5.474 postes e manutenção de fibra óptica ultrapassa R\$ 680.527,68, sem considerar custos adicionais.

- Economia Direta: A contratação do serviço gera uma economia anual estimada superior a R\$ 160.000,00, podendo ultrapassar R\$ 260.000,00, quando considerados os custos de manutenção da infraestrutura própria.
- Transferência de Risco: Ao optar pelo serviço, a responsabilidade pela disponibilidade (SLA de 99,5%) e pela manutenção física da rede é transferida integralmente à contratada, reduzindo a carga de trabalho técnico do 4º CTA.

11. ANÁLISE DE RISCOS

Risco Identificado	Impacto	Medidas de Mitigação
Atraso na implantação	Alto	Multas contratuais
Falha na migração	Alto	Operação paralela
Indisponibilidade do serviço	Alto	SLA e monitoramento
Dependência de fornecedor	Médio	Cláusulas contratuais
Descumprimento de SLA	Alto	Multas + possibilidade de rescisão
Falência ou incapacidade técnica da contratada	Médio	Exigência de qualificação técnica
Subdimensionamento inicial de banda	Médio	Previsão de ampliação contratual

12. CONCLUSÃO

Diante das análises técnicas e econômicas apresentadas, conclui-se que a contratação de serviço de comunicação de dados por meio de rede MPLS IP (L2) é a solução mais adequada para garantir a continuidade, segurança e eficiência dos serviços de TIC das Organizações Militares apoiadas pelo 4º CTA.

Manaus - AM

RAPHAEL PINTO DE SOUZA- 1º TEN
Chefe da Divisão Técnica do 4º CTA

ANEXO B - CADERNO DE MÉTRICAS

1. INDICADOR - DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO DE CONECTIVIDADE INDIVIDUAL.

Indicador: Disponibilidade do serviço de conectividade de cada enlace

Descrição do Indicador: Percentual de tempo, durante o período de um mês de operação, em que um enlace (incluindo o CPE) venha a permanecer em condições normais de funcionamento.

Fórmula de Cálculo:

$$D = \frac{[(T_o - T_i)]}{T_o} \times 100$$

Onde:

D = índice de disponibilidade do serviço de conectividade do enlace (em %).

To = período de operação (um mês) em minutos

Ti = somatório dos tempos de inoperância (interrupções/falta de conectividade e indisponibilidade da coleta de dados de gerência) durante o período de operação (um mês) em minutos.

No caso de inoperância reincidente num período inferior a 3 (três) horas, contado a partir do restabelecimento do serviço da última inoperância, considerar-se-á como tempo de indisponibilidade do serviço o início da primeira inoperância até o final da última inoperância, quando o serviço estiver totalmente operacional.

A indisponibilidade da coleta de dados pela solução de gerenciamento será considerada como indisponibilidade de serviço, caso isto implique perda de dados de gerenciamento.

Os tempos de inoperância serão os tempos em que os elementos da solução apresentarem problemas, que serão obtidos dos chamados abertos no sistema de atendimento ou ainda pelos dados coletados pela solução de gerenciamento, caso os mesmos acusem a inoperância do serviço de conectividade do enlace. Os períodos de indisponibilidades computados pela violação do indicador de Retardo de Pacote e também de Perda de Pacotes serão considerados no levantamento dos tempos de inoperância.

No cálculo da disponibilidade não serão consideradas as interrupções de responsabilidade da CONTRATANTE.

Periodicidade de Aferição: Mensal.

Limiar de Qualidade:

Disponibilidade mensal mínima:

D1: 99,8%

D2: 99,7%

D3: 99,3%

Pontos de Controle: Relatórios de Níveis de Serviço (SLR)

A CONTRATADA realizará, por meio da solução de gerenciamento, a coleta e o armazenamento dos dados necessários para a apuração deste indicador.

A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE um relatório com os índices de disponibilidade apurados diariamente e totalizados. Para todos os enlaces, inclusive para os que apresentarem operabilidade plena, deverão ser apresentados: o tempo de indisponibilidade (em minutos), o tempo de interrupções programadas e o tempo de interrupções de responsabilidade da CONTRATANTE. (p. 1)

A CONTRATADA deverá disponibilizar relatório analítico para cada indisponibilidade, que contenha a hora de início e a hora de fim da inoperância, os minutos excedentes ao prazo máximo para reparo e o índice de disponibilidade do serviço de conectividade do enlace.

Tais relatórios deverão estar disponíveis à CONTRATANTE até no máximo 15 (quinze) dias corridos após o fim do período de faturamento em que ocorreram as indisponibilidades.

Multa: 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) do valor mensal do enlace indisponível por minuto de inconformidade apurada.

Glosa: Desconto relativo ao Tempo de Inoperância = T_i .

2. INDICADOR - DISPONIBILIDADE TOTAL DO SERVIÇO DE CONECTIVIDADE.

Indicador: Disponibilidade total do serviço de conectividade

Descrição do Indicador: Percentual de tempo, durante o período de um mês de operação, em que os serviços de conectividade dos enlaces contratados permanecem com plena disponibilidade, seja em condições normais de funcionamento, mesmo que seja através de solução de contingência (com 100% de operabilidade).

Fórmula de Cálculo:

$$Dt = \frac{[(n \times T_o) - \sum T_i]}{n \times T_o} \times 100$$

Onde:

Dt = índice de disponibilidade total de conectividade dos enlaces em %.

n = quantidade total de enlaces ativados.

To = período de operação (um mês) em minutos para cada enlace.

Ti = somatório dos tempos de inoperância (interrupções/falta de conectividade e indisponibilidade da coleta de dados de gerência) durante o período de operação (um mês) em minutos de todos os enlaces.

Periodicidade de Aferição: Mensal.

Limiar de Qualidade:

$$LDt = \frac{[(n1 \times 99,8) + (n2 \times 99,7) + (n3 \times 99,3)]}{n}$$

Onde:

LDt = Limiar de Disponibilidade Total;

n1 = Quantidade de Enlaces ativados com a disponibilidade D1 (99,8%);

n2 = Quantidade de Enlaces ativados com a disponibilidade D1 (99,7%);

n3 = Quantidade de Enlaces ativados com a disponibilidade D1 (99,3%); e

n = Quantidade total de enlaces ativados.

Pontos de Controle: A CONTRATADA realizará, por meio da solução de gerenciamento, a coleta e o armazenamento dos dados necessários para a apuração deste indicador.

Relatórios de Níveis de Serviço (SLR): A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE um relatório com o índice de disponibilidade total do serviço de conectividade apurado mensalmente.

Tal relatório deverá estar disponível à CONTRATANTE até no máximo 15 (quinze) dias corridos após o fim do período de faturamento em que ocorreram as indisponibilidades.

Multa: $(100 - Dt) \times 0,1$ multiplicado pelo valor mensal do contrato.

Glosa: Desconto relativo ao Tempo de Inoperância = Ti .

3. INDICADOR - TAXA DE ERRO DE BIT (TXERR)

Indicador: Taxa de erro de bit (TxErr)

Descrição do Indicador: A Taxa de Erro de Bit (TxErr) é definida como a relação entre a quantidade de bits corretamente transmitidos para cada bit transmitido com erro em um determinado enlace pertencente a rede de acesso.

A taxa de erro de bit deverá ser medida por solicitação da CONTRATANTE.

Fórmula de Cálculo:

$$TxErr = \frac{BErr}{BTot}$$

Onde:

TxErr = Taxa de Erro de Bit

BErr = Número de bits enviados com erro no período de aferição (5 minutos)

BTot = Número total de bits enviados no período de aferição (5 minutos)

O cálculo da TxErr será realizado por solicitação da CONTRATANTE para os enlaces com problemas no meio físico de transmissão da rede de acesso, durante o período de maior tráfego (utilização).

Periodicidade de Aferição: Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, poderá ser realizada a aferição da taxa de erro de bit de um determinado enlace, através de equipamento de teste especializado. A CONTRATADA deverá avaliar a medida da taxa de erro de bit por 5 (cinco) minutos. A CONTRATADA deverá iniciar as medições em, no máximo, 1 (uma) hora após a solicitação, para qualquer enlace.

Limiar de Qualidade:

Nível de Disponibilidade: D1, D2, D3.

Taxa de erro de Bit BER (bits/s):<= um multiplicado por dez elevado a menos seis.

•Nota: Nos casos em que a taxa de erro de Bit for maior que um multiplicado por dez elevado a menos seis, o enlace será considerado indisponível por 1 dias.

Pontos de Controle: Medições a serem realizadas pela CONTRATADA, permitindo auditoria pela CONTRATANTE para aferição dos valores deste indicador.

Relatórios de Níveis de Serviço (SLR): A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE um relatório com os valores medidos da Taxa de erro de bit por enlace. Tal relatório deverá estar disponível à CONTRATANTE em até 2 (duas) horas após a solicitação.

Multa: 3% (três por cento) do valor mensal do enlace por dia de inconformidade apurada. Esta multa não será aplicada nos casos em que o enlace for considerado indisponível, sendo enquadrado no Indicador 1.

Glosa: Desconto relativo a somatória de todos os dias considerado como indisponível.

4. INDICADOR - PERDA DE PACOTES

Indicador: Perda de Pacotes

Descrição do Indicador: Representa a quantidade de pacotes perdidos fim-a-fim. É medida em percentual tomando como referência o volume total de pacotes que alcançaram o destino Indicador (medido na interface LAN do CPE do terminal de destino) dentre o volume total de pacotes transmitidos (medido na interface LAN do CPE do terminal de origem).

Fórmula de Cálculo:

$$TPP = \frac{NP_{origem} - NP_{destino}}{NP_{origem}} \times 100$$

Onde:

TPP é a Taxa percentual de Perda de Pacotes

NP_{origem} é número de pacotes enviados em uma ponta da conexão

NP_{destino} é o número de pacotes recebidos na outra ponta da conexão

Periodicidade de Aferição: Sempre que a CONTRATANTE julgar necessário, poderá ser solicitada a medição do percentual de perda de pacotes fim a fim, através de equipamento de teste especializado, onde a CONTRATADA coletará informações em um intervalo de 5 minutos e calculará o percentual de perda de pacotes neste intervalo. A CONTRATADA deverá iniciar a medição em, no máximo, 1 hora.

Limiar de Qualidade: TPP Menor que 1% *

•Nota: Nos casos em que a taxa percentual de perda de pacotes for maior que 5%, o enlace será considerado indisponível por 1 dia.

Pontos de Controle: Medições a serem realizadas pelo Provedor, permitindo auditoria pela CONTRATANTE para aferição dos valores deste indicador.

Relatórios de Níveis de Serviço (SLR): A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE um relatório com os valores das medições solicitadas, referentes ao percentual de perda de pacotes. O relatório deverá ser disponibilizado para a CONTRATANTE em, no máximo, 2 horas.

Multa: 3% (três por cento) do valor mensal do enlace por dia de inconformidade apurada. Esta multa não será aplicada nos casos em que o enlace for considerado indisponível, sendo enquadrado no Indicador 1.

Glosa: Desconto relativo a somatória de todos os dias considerado como indisponível.

5. INDICADOR RETARDO DE PACOTE

Indicador: Retardo de Pacote

Descrição do Indicador: Entende-se como retardo de pacote o tempo gasto entre a transmissão do primeiro bit de um pacote até a recepção do último bit do mesmo pacote, em ambos os sentidos da transmissão de dados.

A apuração do retardo na rede da CONTRATANTE será efetuada com o envio de pacotes ICMP de tamanho fixo de 36 bytes de dados, entre a origem e o destino localizados em sítios da rede dentro do mesmo backbone (VPNs MPLS), e retornando à origem onde será realizada a medição do tempo de resposta (Tresp) destes pacotes.

O tempo de resposta limite a ser aguardado para cada pacote deverá ser de 5 segundos. Valores superiores a este tempo serão considerados "timeout". Portanto, na ocorrência de timeout, deverá ser considerado como tempo de resposta o valor de 5 segundos.

Cada medida deverá ser realizada através do envio de uma série de 4 pacotes ICMP por vez. O valor instantâneo do retardo referente a uma medida será igual à média aritmética de quatro valores extraídos conforme a medida do retardo (Rt).

Fórmula de Cálculo:

$$Média = \frac{(TResp_1 + TResp_2 + TResp_3 + TResp_4)}{4}$$

Onde:

TRespn = Medida do Tempo de Resposta n, com n variando de 1 a 4.

Os intervalos de observação deverão ser de 10 minutos no horário entre 09h00 e 12h00 e entre 14h00 e 17h00.

Todos os resultados obtidos através das medições deverão ser disponibilizados e considerados no indicador diário de Retardo.

Para garantir a validade das medidas a CONTRATADA poderá configurar os roteadores da rede (nível 3 da camada OSI) para tratarem os pacotes ICMP com prioridade, porém nunca superior ao restante do tráfego.

Os valores das médias diárias das medidas deverão ser inferiores ao valor estabelecido para o Retardo máximo permitido (limiar de qualidade).

Periodicidade de Aferição: Diária, ou conforme solicitação do Contratante.

Limiar de Qualidade:

Valor máximo para a média aritmética encontrada.

- Enlaces terrestres: 100 ms*

- Enlaces com satélite: 800 ms*

Nota: Nos casos em que a média do retardo for superior a três vezes o limiar de qualidade, o enlace será considerado indisponível por 1 dia.

Pontos de Controle: Medições a serem realizadas pelo Provedor, permitindo auditoria pela CONTRATANTE para aferição dos valores deste indicador.

Relatórios de Níveis de Serviço (SLR): A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE um relatório com os diversos valores apurados.

Os relatórios deverão fornecer os valores diários medidos e as médias de resposta para cada par de sítios escolhido, que espelhem todos(as) os(as) condições/medidas/resultados da fórmula de cálculo. Tal relatório mensal deverá estar disponível à CONTRATANTE em até no máximo 15 (quinze) dias corridos após o fim do período de faturamento.

A CONTRATADA deverá apresentar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação da CONTRATANTE, relatório diário entre pontos específicos, com os valores de Tempo de Resposta para medição realizada.

Multa: 3% (três por cento) do valor mensal do enlace por dia de inconformidade apurada. Esta multa não será aplicada nos casos em que o enlace for considerado indisponível, sendo enquadrado no Indicador 1.

Glosa: Desconto relativo à somatória de todos os dias considerado como indisponível.

6. INDICADOR - DISPONIBILIDADE DA SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO

Indicador: Disponibilidade da Solução de Gerenciamento

Descrição do Indicador: Percentual de tempo, durante o período de 1 (um) mês de operação, em que a solução de Gerenciamento venha a permanecer em plenas condições normais de funcionamento para a prestação do serviço de gerenciamento.

Fórmula de Cálculo:

$$D = \frac{[(T_o - T_i)]}{T_o} \times 100$$

Onde:

D = índice de disponibilidade mensal da solução de gerenciamento em %.

To = período de operação (um mês) em minutos.

Ti = somatório dos tempos de inoperância das ferramentas necessárias para prestação do serviço de gerenciamento durante o período de operação (um mês) em minutos.

Periodicidade de Aferição: Mensal. A apuração do tempo Ti ocorrerá desde a zero hora do primeiro dia até as vinte e quatro horas do último dia do período faturado.

Limiar de Qualidade: "D" maior ou igual a 99%.

Pontos de Controle: De acordo com registros na Central de Atendimento.

Relatórios de Níveis de Serviço (SLR): A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE um relatório com os índices apurados e totalizados, e que contenha uma descrição de cada ocorrência de indisponibilidade. Tal relatório deverá ser disponibilizado para a CONTRATANTE em até 15 (quinze) dias após o fim do período de faturamento.

Multa: 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor mensal do contrato por dia, ou fração, de inconformidade.

Glosa: Desconto relativo ao período de indisponibilidade no valor mensal do contrato. (p. 8)

7. INDICADOR: PRAZO DE ATENDIMENTO A NOVOS ENDEREÇOS (PONTO NOVO OU MUDANÇA DE ENDEREÇO)

Indicador: Prazo de Atendimento a Novos Endereços (Ponto Novo ou Mudança de Endereço)

Descrição do Indicador: Prazo máximo de atendimento a solicitações de serviços para futuros endereços (nova unidade predial) ou mudança de endereço da CONTRATANTE. O prazo de atendimento a novos endereços deverá incluir a atualização das informações do enlace na solução de gerência.

Fórmula de Cálculo: Apurar, mensalmente, o tempo para atendimento à solicitação de serviço para futuro endereço (nova unidade predial) ou mudança de endereço da CONTRATANTE, a partir de consulta na base de dados de cadastro da CONTRATADA.

Periodicidade de Aferição: Mensal.

Limiar de Qualidade: A solicitação de serviço para futuro endereço (nova unidade predial ou mudança de endereço) da CONTRATANTE deverá obedecer ao prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos para todas as solicitações. Casos específicos em que a CONTRATANTE encontre dificuldade no atendimento de qualquer natureza, esta deverá enviar ofício explicando o motivo do não cumprimento para expansão do prazo inicial e para julgamento da CONTRATADA.

Pontos de Controle: Solicitação formal da CONTRATANTE à CONTRATADA.

Relatórios de Níveis de Serviço (SLR): A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE um relatório com os prazos apurados. Os relatórios deverão fornecer o tempo gasto para atendimento a novo endereço (ponto novo ou mudança de endereço), o número do documento de solicitação e as datas de protocolo e de efetivação do atendimento realizado. Tais relatórios deverão ser disponibilizados para a CONTRATANTE até no máximo 15 (quinze) dias corridos após o fim do período de faturamento em que ocorrerá o atendimento a novo endereço.

Multa: 10% de inconformidade a partir do 1º dia de atraso, 20% a partir do 15º dia de atraso e 30% a partir do 30º dia de atraso, calculado sobre o valor contratual do enlace.

Glosa: Não há.

8. INDICADOR: PRAZO PARA ALTERAÇÃO NA CONFIGURAÇÃO DE ROTEADORES.

Indicador: Prazo para alteração na configuração de roteadores.

Descrição do Indicador: Prazo para a CONTRATADA mudar a configuração dos roteadores solicitada pela CONTRATANTE.

Fórmula de Cálculo: Apuração do tempo que a CONTRATADA executa e apresenta uma alteração na configuração de roteadores, a partir da data do registro da solicitação de alteração da configuração na base de dados relativa a solução de gerenciamento do Provedor e de comparação com o valor do Limiar de Qualidade desta tabela.

$$PA = Taa - Tsa$$

Onde:

PA = Prazo de alteração da configuração de roteadores

Taa = Instante da aceitação pela CONTRATANTE da alteração

Tsa = Instante da solicitação da alteração

Periodicidade de Aferição: Sob Demanda.

Limiar de Qualidade: Prazo máximo: 5 (cinco) dias úteis após a solicitação de alteração da configuração pela CONTRATANTE.

Pontos de Controle: De acordo com os registros na Central de Atendimento.

Relatórios de Níveis de Serviço (SLR): A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE, relatórios para cada ocorrência com a relação dos roteadores, identificação, endereço IP, data da configuração, data e número do documento de encaminhamento da solicitação e tempo total decorrido para o atendimento.

O relatório deverá estar disponível à CONTRATANTE até no máximo 15 (quinze) dias corridos após o fim do período de faturamento em que ocorreram as alterações.

Multa: 0,1% do valor mensal do enlace por hora de atraso.

Glosa: Desconto relativo ao período de indisponibilidade.

9. INDICADOR: PRAZO PARA ALTERAÇÃO DA TAXA DE TRANSMISSÃO DE UM ENLACE

Indicador: Indicador: Prazo para Alteração da Taxa de Transmissão de um Enlace

Descrição do Indicador: Prazo máximo para alteração da taxa de transmissão de um enlace.

A alteração de transmissão deverá incluir a atualização das informações do enlace na solução de gerência.

Fórmula de Cálculo: Mensalmente, para cada unidade predial, apurar os tempos para alteração da taxa de transmissão de um enlace, a partir de consulta na base de dados de cadastro da CONTRATADA e comparação com o valor do Limiar de Qualidade.

Periodicidade de Aferição: Mensal.

Limiar de Qualidade: Os prazos máximos para adequação da taxa de transmissão de um enlace para o valor solicitado será de 60 (sessenta) dias corridos após a solicitação da CONTRATANTE. No caso de downgrade fica a cargo da operadora a efetivação do serviço, no entanto a cobrança será alterada a partir do 5º dia corrido da solicitação.

Pontos de Controle: Solicitação formal da CONTRATANTE à CONTRATADA. No caso de aplicação de multas e penalidades, considerar-se-á sempre a capacidade de tráfego a ser implementada, independentemente da capacidade original do enlace.

Relatórios de Níveis de Serviço (SLR): A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE, relatórios com os prazos apurados. Os relatórios deverão fornecer o tempo gasto para a alteração da taxa de transmissão de um enlace, o número do documento de solicitação e as datas de protocolo e de efetivação da alteração realizada.

O relatório deverá estar disponível à CONTRATANTE até no máximo 15 (quinze) dias corridos após o fim do período de faturamento em que ocorreram as alterações.

Multa: 10% de inconformidade a partir do 1º dia de atraso, 20% a partir do 15º dia de atraso e 30% a partir do 30º dia de atraso, calculado sobre o valor contratual do enlace.

Glosa: Não há.

10. INDICADOR: PRAZO LIMITE PARA REPARO/RESTABELECIMENTO DE UM ENLACE

Indicador: Prazo limite para reparo/restabelecimento de um enlace

Descrição do Indicador: Prazo limite para reparo/restabelecimento de um enlace (com 100% de operabilidade ou pleno), na ocorrência de inoperância ou falha.

Fórmula de Cálculo: Apuração do tempo de restabelecimento de um enlace, a partir de consulta na base de dados relativa à solução de gerenciamento da CONTRATADA e comparação com o valor descrito no Limiar de Qualidade deste indicador.

Periodicidade de aferição: Mensal.

Limiar de Qualidade:

Classificação dos enlaces: D1, D2 e D3

Prazo limite para reparo/restabelecimento permitido (em horas):

Esses níveis de serviço se referem a indisponibilidade total do sítio. Os sítios com redundância que apresentem problemas em apenas um dos enlaces terão prazo de 10 horas para restabelecimento.

Pontos de controle: Horário da queda do enlace registrado em ferramenta de gerenciamento da Rede.

Relatórios de Níveis de Serviço (SLR): A CONTRATADA deverá disponibilizar mensalmente à CONTRATANTE relatório com os valores apurados, por enlace. Os relatórios deverão fornecer, para cada unidade predial, os valores de tempo de atendimento gasto para reparo/restabelecimento do enlace com indicação das violações dos prazos e consolidação mensal por unidades prediais. O relatório deverá estar disponível à CONTRATANTE até no máximo 15 (quinze) dias corridos após o fim do período de faturamento em que ocorreram as inoperâncias ou falhas.

Multa: 10% (dez por cento) do valor mensal do enlace contratado por hora ou fração em minutos, proporcionalmente.

Glosa: Desconto relativo ao período de indisponibilidade.

11. INDICADOR: PRAZO PARA ALTERAÇÃO NA TOPOLOGIA DA REDE.

Indicador: Prazo limite para reparo/restabelecimento de um enlace

Descrição do Indicador: Prazo para a CONTRATADA mudar a topologia lógica de uma rede, criando ou alterando uma VPN IP/MPLS entre os tipos full-mesh, partial-mesh e hub-and-spoke, quando solicitado pela CONTRATANTE.

Fórmula de Cálculo: Apuração, do tempo que a CONTRATADA executa e apresenta uma alteração na topologia da rede, a partir da data do registro da solicitação de alteração da configuração na base de dados relativa a solução de gerenciamento do Provedor e de comparação com o valor do Limiar de Qualidade desta tabela.

$$PA = Taa - Tsa$$

Onde:

PA = Prazo de alteração da configuração de roteadores

Taa = Instante da aceitação pela CONTRATANTE da alteração

Tsa = Instante da solicitação da alteração

Periodicidade de Aferição: Sob Demanda

Limiar de Qualidade:

Prazo máximo: 15 dias úteis após a solicitação de alteração da topologia da rede pela CONTRATANTE nos roteadores CE's.

Prazo máximo: 15 dias úteis após a solicitação de alteração da topologia da rede pela CONTRATANTE nos roteadores PE's.

Prazo máximo: 30 dias úteis após a solicitação de alteração da topologia da rede pela CONTRATANTE no Projeto Lógico como o todo.

Pontos de Controle: De acordo com os registros na Central de Atendimento.

Relatórios de Níveis de Serviço (SLR): A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE, relatórios para cada ocorrência com a data da alteração, data e número do documento de encaminhamento da solicitação e tempo total decorrido para o atendimento. O relatório deverá estar disponível à CONTRATANTE até no máximo 15 (quinze) dias corridos após o fim da alteração da topologia da rede.

Multa: 0,1% do valor mensal do contrato por dia, ou fração, de atraso.

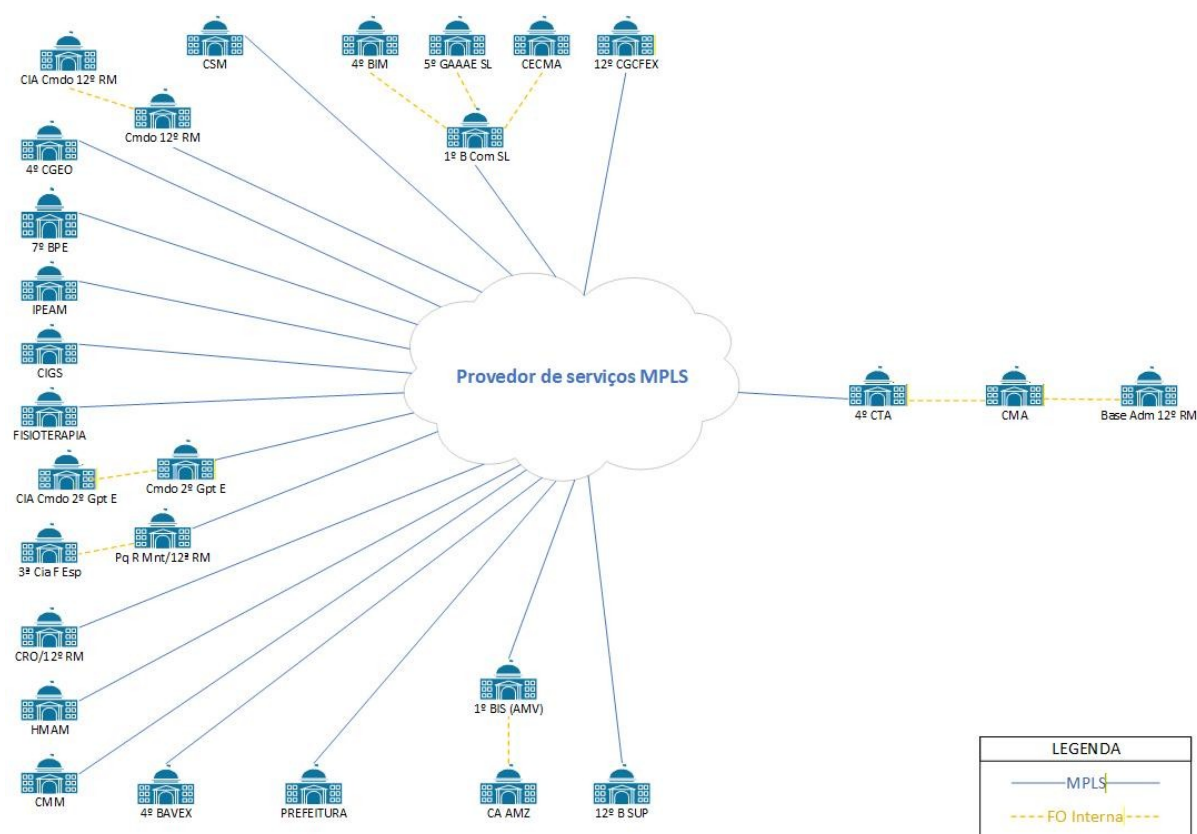
Glosa: Desconto relativo ao período de indisponibilidade

Aplicação: Se aplica aos serviços do item 1

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Requisitos Técnicos do Serviço de Conectividade Ethernet Layer 2

1.1. A solução para o grupo 01 deve disponibilizar **serviço de conectividade privada de dados em Camada 2 (Layer 2), baseado em transporte Ethernet**, para interligação das unidades de atuação do 4º Centro de Telemática de Área (4º CTA), conforme topologia lógica ilustrada na Figura 1 e relação de pontos no Anexo A – Dos Links.



1.2. Caracterização do serviço

O serviço a ser fornecido deverá ser caracterizado como **transporte transparente de quadros Ethernet em Camada 2**, de forma privada, dedicada e logicamente isolada de redes públicas e de outros clientes da CONTRATADA.

1.2.1. A solução poderá ser implementada internamente pela CONTRATADA com a tecnologia que esta julgar adequada ao seu backbone, inclusive MPLS, VPLS, EVPN ou equivalente, **desde que a entrega ao CONTRATANTE seja estritamente em Layer 2**, sem caracterização de serviço gerenciado de camada 3.

1.2.2. A solução **não deverá exigir nem pressupor**, como requisito do serviço contratado:

- segmentação por VRFs;
- plano de endereçamento IP da CONTRATANTE;

- Loopbacks;
- roteamento dinâmico ou estático entre a rede da CONTRATANTE e a rede da CONTRATADA;
- NAT;
- servidor DHCP;
- relay DHCP;
- BGP, OSPF ou qualquer protocolo de roteamento de camada 3 entre o equipamento do provedor e o contratado como parte obrigatória da entrega do serviço.

1.2.3. O encaminhamento IP, roteamento entre redes, controle de prefixos, políticas de firewall, NAT e demais funções de camada 3 serão de responsabilidade da CONTRATANTE, salvo contratação específica em instrumento próprio.

1.3. Serviços compreendidos na solução. Os serviços compreendidos na solução são, no mínimo:

1.3.1. Fornecimento dos meios de comunicação necessários para conexão das Organizações Militares e demais unidades relacionadas no Anexo A.

1.3.2. Implantação dos enlaces principais e regionais.

1.3.3. Fornecimento, instalação, ativação, operação, monitoração, manutenção e substituição, quando necessário, dos **equipamentos de demarcação Ethernet** da CONTRATADA.

1.3.4. Prestação dos serviços de comissionamento, integração, testes e aceite de cada enlace.

1.3.5. Prestação dos serviços de gerência, monitoração, suporte técnico, manutenção corretiva e preventiva e emissão de relatórios.

1.3.6. Remanejamento, ampliação, redução, ativação e desativação de circuitos, conforme necessidade da CONTRATANTE e regras deste Termo de Referência.

1.4. Modelo de conectividade Layer 2

1.4.1. A solução deverá suportar, conforme definido no Anexo A ou solicitado pela CONTRATANTE:

- **conectividade ponto a ponto (E-Line);**
- **conectividade multiponto (E-LAN);**
- ou combinação destes modelos.

1.4.2. Quando houver necessidade de interligação multiponto entre sítios, a solução deverá prover comunicação Ethernet entre os pontos pertencentes ao mesmo domínio de serviço, preservando o caráter de **serviço de camada 2**.

1.4.3. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar alteração da conectividade lógica entre sítios, inclusive criação, remoção ou reconfiguração de circuitos e domínios Ethernet, observados os prazos contratuais aplicáveis.

1.5. Entrega do serviço ao CONTRATANTE

1.5.1. A interface de entrega do serviço deverá ser Ethernet, por meio de porta elétrica ou óptica, conforme a necessidade do enlace e a velocidade contratada.

1.5.2. Deverão ser suportadas, quando aplicável, interfaces:

- 10/100/1000Base-T;
- 1000Base-X;
- ou superiores, conforme necessidade da CONTRATANTE.

1.5.3. A CONTRATADA deverá informar, no Projeto Executivo, para cada sítio:

- tipo de interface de entrega;
- meio físico utilizado;
- velocidade nominal;
- taxa garantida;
- modo de operação;
- necessidade ou não de VLAN tagging;
- identificação dos circuitos;
- tecnologia de acesso da última milha.

1.6. Transparência e tratamento de tráfego Ethernet

1.6.1. O serviço deverá prover **transporte transparente de quadros Ethernet** entre os pontos do CONTRATANTE, observados os limites técnicos do serviço e as normas aplicáveis.

1.6.2. Quando contratado, o serviço deverá suportar transporte de tráfego:

- sem marcação VLAN;
- com marcação **IEEE 802.1Q**;
- e, se expressamente requerido pela CONTRATANTE, múltiplas VLANs por mesma interface de acesso.

1.6.3. A CONTRATADA **não poderá remover, reescrever, traduzir ou suprimir VLANs da CONTRATANTE**, salvo quando isso estiver expressamente previsto no Projeto Executivo e formalmente aprovado pela CONTRATANTE.

1.6.4. A CONTRATADA deverá informar previamente quaisquer limitações operacionais relativas a:

- quantidade de VLANs suportadas por acesso;
- quantidade de MAC addresses por circuito;
- MTU suportada;
- encapsulamentos permitidos;
- mecanismos de preservação de marcação de tráfego.

1.6.6. A MTU do serviço deverá ser compatível, no mínimo, com quadros Ethernet com marcação VLAN 802.1Q, sem prejuízo ao funcionamento normal da solução contratada.

1.7. Vedação de funcionalidades de camada 3 como requisito do serviço

1.7.1. Não será admitida a caracterização do objeto como VPN IP/MPLS de camada 3.

1.7.2. Não serão exigidos, nem considerados obrigatórios para fins de atendimento do objeto:

- VRF;
- PE/CE routing;
- BGP com a CONTRATANTE;
- OSPF com a CONTRATANTE;
- rotas estáticas entre CONTRATANTE e CONTRATADA;
- NAT;
- DHCP server;
- DHCP relay;
- NetFlow no equipamento de entrega.

1.7.3. Caso a CONTRATADA utilize equipamentos com capacidade de camada 3 em sua infraestrutura ou na borda do serviço, tais funcionalidades deverão permanecer desabilitadas ou irrelevantes para a entrega contratada, de modo que o serviço continue sendo, do ponto de vista funcional e contratual, exclusivamente de **camada 2**.

1.8. Equipamentos de entrega e ponto de demarcação

1.8.1. A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos de demarcação, modems, ONTs, NIDs, conversores, transceptores e demais recursos necessários ao funcionamento do serviço.

1.8.2. Os equipamentos fornecidos deverão operar de forma compatível com o objeto contratado, atuando como **elementos de entrega Layer 2**, e não como requisito de roteamento gerenciado.

1.8.3. Sempre que tecnicamente viável, o ponto de demarcação do serviço deverá ser a **porta Ethernet de entrega** da CONTRATADA nas dependências do CONTRATANTE.

1.8.4. A CONTRATADA deverá fornecer cabeamento e acessórios necessários até o ponto de demarcação definido no Projeto Executivo.

1.8.5. Somente será admitido o uso de equipamento com funções de roteamento quando este operar, para fins do objeto contratado, em modo compatível com a entrega de camada 2, sem impor dependência de configuração L3 pela CONTRATANTE.

1.9. Projeto Executivo

1.9.1. A CONTRATADA deverá elaborar e submeter à aprovação da CONTRATANTE Projeto Executivo detalhado da interligação.

1.9.2. O Projeto Executivo deverá contemplar, no mínimo:

- topologia física e lógica da solução;
- identificação dos enlaces e dos sítios;
- modelo de conectividade de cada circuito;
- interfaces de entrega;
- tecnologia de acesso por localidade;
- banda contratada e banda garantida;
- uso de VLANs, quando aplicável;
- modelo de redundância e contingência;
- critérios de gerência e monitoração;
- cronograma de implantação;
- plano de testes e aceite.

1.9.3. O Projeto Executivo não deverá conter, como requisito obrigatório do objeto, plano de endereçamento IP, VRFs, loopbacks ou protocolos de roteamento entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

1.10. Redundância e contingência

1.10.1. Nos sítios definidos como críticos no Anexo A, a solução deverá prever redundância por **dois meios de acesso fisicamente distintos**, com caminhos distintos até a entrada da edificação, sempre que tecnicamente viável.

1.10.2. A solução redundante deverá utilizar equipamentos de terminação independentes e, quando aplicável, portas distintas de entrega.

1.10.3. A comutação para contingência deverá ocorrer automaticamente, conforme métricas e tempos definidos no Anexo B – Caderno de Métricas.

1.10.4. A recomposição da condição normal de operação também deverá ocorrer automaticamente ou de forma controlada, conforme modelo aprovado no Projeto Executivo.

1.10.5. Fica vedado o uso de tecnologia satélite, acesso móvel 4G/5G ou equivalente para atendimento do objeto, inclusive para contingência, redundância ou atendimento provisório.

1.11. Desempenho, banda e SLA

1.11.1. A banda contratada para cada circuito deverá estar disponível conforme os níveis mínimos estabelecidos no Anexo B.

1.11.2. A CONTRATADA deverá garantir os níveis de disponibilidade, perda de quadros, latência, jitter, restabelecimento e demais indicadores de desempenho definidos contratualmente.

1.11.3. Os indicadores de desempenho deverão ser apurados fim a fim no escopo do serviço contratado, de forma compatível com a natureza Layer 2 da solução.

1.11.4. A eventual priorização de tráfego, quando contratada, deverá ser tratada de forma compatível com serviços Ethernet, mediante critérios previamente aprovados entre as partes, sem descaracterização do serviço como camada 2.

1.12. Gerência, monitoração e relatórios

1.12.1.

A CONTRATADA deverá disponibilizar portal de gerência via web, com acesso seguro, para acompanhamento do estado operacional dos enlaces e abertura de chamados.

1.12.2. O portal deverá apresentar, no mínimo:

- inventário dos circuitos;
- identificação dos sítios;
- status operacional;
- histórico de indisponibilidades;
- utilização de banda;
- chamados abertos, em andamento e encerrados;
- relatórios exportáveis.

1.12.3. As informações de gerência deverão refletir o desempenho do **serviço Layer 2 entregue**, sem exigir visualização de tabelas de roteamento, políticas IP ou demais funções próprias de camada 3.

1.12.4. A CONTRATADA deverá armazenar as informações históricas e disponibilizá-las à CONTRATANTE nos prazos definidos contratualmente.

1.13. Testes e aceite

1.13.1. Cada circuito somente será considerado aceite após realização de testes de ativação e validação.

1.13.2. Os testes deverão contemplar, conforme aplicável:

- verificação de conectividade Layer 2 entre os pontos previstos;
- verificação da banda contratada;
- verificação da integridade do transporte de VLANs, quando aplicável;
- verificação do comportamento da contingência;
- verificação da estabilidade do enlace;
- verificação dos parâmetros de SLA.

1.13.3. A CONTRATADA deverá apresentar relatório de testes para cada circuito ativado.

1.14. Alterações de banda, ativação e desativação

1.14.1.

A CONTRATANTE poderá solicitar ativação, desativação, remanejamento, aumento ou redução de velocidade dos circuitos.

1.14.2. As solicitações deverão ser processadas nos prazos definidos neste Termo de Referência e seus anexos.

1.14.3. A CONTRATADA não poderá cobrar por desinstalação do serviço, salvo previsão expressa no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

1.15. Disposições finais de aderência técnica

1.15.1. Será desclassificada tecnicamente a proposta que, para atendimento do objeto, apresente serviço caracterizado como **VPN IP/MPLS de camada 3**, ainda que transportado sobre backbone MPLS, quando não assegurar entrega efetiva em camada 2 ao CONTRATANTE.

1.15.2. Também não será considerada aderente a proposta que condicione o funcionamento do serviço a:

- roteamento IP gerenciado com a CONTRATADA;
- troca de rotas;
- implementação de VRFs;
- endereçamento IP fornecido ou controlado pela CONTRATADA;
- NAT ou DHCP no equipamento de entrega.

1.15.3. A CONTRATADA deverá comprovar, quando solicitado, por documentação técnica, diagramas ou testes, que a solução ofertada atende ao modelo de entrega em camada 2 previsto neste Termo de Referência.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteiras/1948))**

ANEXO II – LOCAIS DE INSTALAÇÃO DE LINK MPLS

SIGLA	NOME DA OM	ENDEREÇO
4º CTA	4º Centro de Telemática de Área	Avenida Coronel Teixeira, nº 4.715, Manaus - AM, CEP 69037-000
CMDO 12º RM	Comando da 12ª Região Militar	Av. Coronel Teixeira, 6123 - Ponta Negra, Manaus - AM, 69037-000
Cia CMDO 12º RM	Cia Comando da 12ª Região Militar	Av. Coronel Teixeira, 6123 - Ponta Negra, Manaus - AM, 69037-000
Cmdo 2º Gpt E	Comando do 2º Grupamento de Engenharia	Av. Coronel Teixeira, 6800 - Ponta Negra, Manaus - AM, 69037-000
Cia Cmdo 2º Gpt E	Cia Comando do 2º Grupamento de Engenharia	Av. Coronel Teixeira, 6800 - Ponta Negra, Manaus - AM, 69037-000
4º BIM	4º Batalhão de Inteligência Militar	Avenida dos Expedicionários, 4715A - Ponta Negra, Manaus - AM, 69037-000
5º GAAAE SL	5º Grupamento de Artilharia Anti Aérea de Selva	Av. Coronel Teixeira, 4885-4965 - Ponta Negra, Manaus - AM, 69037-000
1º B Com GE SI	1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva	Av. Coronel Teixeira, 5345 - Ponta Negra, Manaus - AM, 69037-000
CECMA	Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia	Av. Coronel Teixeira, 6123 - Ponta Negra, Manaus - AM, 69037-000
CRO/12º RM	Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar	Av. Coronel Teixeira, 2061 - Compensa, Manaus - AM, 69037-473

HMAM	Hospital Militar de Área de Manaus	R. Prof. Ernani Simão, 1421 - Cachoeirinha, Manaus - AM, 69065-060
CMM	Colégio Militar de Manaus	R. José Clemente, 157 - Centro, Manaus - AM, 69010-070
4º BAVEX	4º Batalhão de Aviação do Exército	Avenida Presidente Kennedy, S/N - Vila Buriti, Manaus - AM, 69072-000
1º BIS (AMV)	1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel)	Av. São Jorge, 650 - São Jorge, Manaus - AM, 69033-000
12º B SUP	12º Batalhão de Suprimento	R. Mal. Bittencourt, 55 - Compensa, Manaus - AM, 69029-160
2ª CIA SUP / 12º B SUP	Cia de Suprimento	Rio Preto da Eva
12º CGCFEX	12º Centro de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército	Av. Carvalho Leal, 740 - Cachoeirinha, Manaus - AM, 69065-000
4º CGEO	4º Centro de Geoinformação	R. Mal. Bittencourt, 97 - Santo Antônio, Manaus - AM, 69029-160
7º BPE	7º Batalhão de Polícia do Exército	Av. São Jorge, 1944 - São Jorge, Manaus - AM, 69033-480
CIGS	Centro de Instrução de Guerra Na Selva	Av. São Jorge, 750 - São Jorge, Manaus - AM, 69033-000
3ª Cia F Esp	3ª Companhia de Forças Especiais	Av. Coronel Teixeira, 8148 - Compensa, Manaus - AM, 69037-000
Pq R Mnt/12ª RM	Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar	Rua Mário Assayag, 8 - Compensa, Manaus - AM
Fisioterapia	Posto Avançado de Fisioterapia	Endereço: São Jorge, Manaus - AM, 69033-070
CSM	29 CSM - Circunscrição de Serviço Militar	Endereço: R. Bernardo Ramos, 253 - Centro, Manaus - AM, 69005-320
Prefeitura	Prefeitura Militar	Endereço: R. Mal. Rondon, 185 - São Jorge, Manaus - AM, 69033-490
IPEAM	IPEAM	Endereço: Prédio do CVA - Av. do Turismo, 1350 - Tarumã, Manaus - AM, 69041-010

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

Processo Administrativo nº *xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx*

Ata de Registro de Preços nº *XX/XXXX*

O(A) *[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]*, com sede no(a) *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *[CNPJ]*, neste ato representado(a) pelo(a) *[cargo e nome]*, nomeado(a) pela Portaria nº *XX*, de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, publicada no DOU de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, portador da Matrícula Funcional nº *[nº matrícula]*, considerando o julgamento da *[licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica] OU [procedimento de contratação direta]*, para REGISTRO DE PREÇOS nº *...../202....*, publicada no *..... de/...../202.....*, processo administrativo nº *xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx*, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação OU [Aviso da Contratação Direta]*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de *serviço de comunicação de dados por meio de rede MPLS IP (L2), visando atender às Organizações Militares apoiadas pelo 4º Centro de Telemática de Área (4º CTA), no município de Manaus/AM*, especificado(s) no(s) item(ns) *XX* do Termo de Referência, anexo I do *edital de licitação OU [aviso da contratação direta]* nº *xxxx/xxxx*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) *[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]*.

3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

OU

3.3. *Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *(item obrigatório)*

4.1. ~~*Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.*~~

OU

4.2. ~~*Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*~~

~~*4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*~~

~~*4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*~~

~~*4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*~~

4.3. ~~*A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*~~

~~*4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*~~

4.4. ~~*Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*~~

4.5. ~~*O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*~~

4.6. ~~*O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*~~

Dos limites para as adesões

4.7. ~~*As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*~~

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, ~~poderá OU [não poderá]~~ ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no ~~edital OU [aviso de contratação direta]~~ e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no **edital OU [aviso de contratação direta]**; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item Erro: Origem da referência não encontrada e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **edital OU [aviso de contratação direta]**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no **edital OU [aviso de contratação direta]**.

- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital OU ~~[aviso de contratação direta]~~*.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC
SERVIÇOS – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
 ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
 (A)
 E

A *[União] OU [Autarquia XXXXX] OU [Fundação XXXXXX]*, por intermédio do(a) *[órgão contratante]*, com sede no(a) *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *[CNPJ]*, neste ato representado(a) pelo(a) *[cargo e nome]*, nomeado(a) pela Portaria nº *XX*, de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, publicada no DOU de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, portador da Matrícula Funcional nº *[nº matrícula]*, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ]*, sediado(a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]/[UF]*, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]*, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *Pregão Eletrônico OU [Concorrência] OU [Dispensa de Licitação] OU [Inexigibilidade de Licitação]* nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de *serviço de comunicação de dados por meio de rede MPLS IP (L2), visando atender às Organizações Militares apoiadas pelo 4º Centro de Telemática de Área (4º CTA), no município de Manaus/AM*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Ite m	CATS ER	Descrição	Und	Quantida de	Valor Unitário	Valor Total
1	26506	Contratação de serviço de comunicação de dados por meio de rede MPLS IP (L2), velocidade de 100 MBS. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA	Mes	240		
2	26506	Contratação de serviço de comunicação de dados por meio de	Mes	240		

	rede MPLS IP (L2), velocidade de 500 MBS. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA		
	Contratação de serviço de comunicação de dados por meio de rede MPLS IP (L2), velocidade de 1GBS. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA		
3	26506	rede MPLS IP (L2), velocidade de 1GBS. Conforme TERMO DE REFERÊNCIA	Mes 240
4	26506	Taxa de instalação link	Unid 20
			Valor Total

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. ~~O Edital da Licitação~~ **OU** ~~[A Autorização de Contratação Direta]~~ **OU** ~~[O Aviso de Dispensa Eletrônica];~~

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. ~~O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

2.2. ~~O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.~~

OU

2.3. ~~O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) data de assinatura do contrato, prorrogável por até 05 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

OU

2.4. ~~O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável para até 15 anos (máximo de 15 anos, incluindo prorrogações), na forma do art. 114 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

2.5. ~~A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:~~

2.5.1. ~~Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;~~

2.5.2. ~~Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;~~

- 2.5.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- 2.5.4. *Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;*
- 2.5.5. *Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e*
- 2.5.6. *Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).*
- 2.6. *O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*
- 2.7. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*
- 2.8. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*
- 2.9. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

OU

- 2.10. *O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo - máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. *As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.*

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).*

OU

- 5.2. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).*
- 5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.4. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
 - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **10 (dez) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;

8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que

tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. ~~Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));~~

9.36. ~~O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.~~

9.37. ~~Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~

9.38. ~~Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.~~

9.38.1. ~~Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.~~

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. ~~As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.~~

10.2. ~~Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.~~

- 10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.*
- 10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 10.6. *É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 10.7. *O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 10.8. *O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 10.9. *O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
- 10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
- 10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
- 10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

OU

- 11.2. ~~*Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.*~~

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. ~~*O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*~~

~~13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.~~

~~13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:-~~

~~13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
e~~

~~13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.~~

OU

13.4. O contrato **será extinto** quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.5. O contrato **poderá** ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

OU

13.8. **O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.**

13.9. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.9.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.10.3. Indenizações e multas.

13.11. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.12. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.12.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.12.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.13. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/Unidade: [...];
- II) Fonte de Recursos: [...];
- III) Programa de Trabalho: [...];
- IV) Elemento de Despesa: [...];
- V) Plano Interno: [...];
- VI) Nota de Empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial

na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **XXXXXX**, Seção Judiciária de **XXXXXX** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteiras/1948))**

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

O **COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA**, com sede na Avenida Coronel Teixeira, 4.715, Ponta Negra, Manaus-AM, CEP 69037-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.207.029/0001-00, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do **Contrato nº xx/20xx**, doravante denominado Contrato Principal, a CONTRATADA poderá ter acesso a **informações sigilosas** do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas **informações sigilosas**, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, doravante denominado TERMO, vinculado ao Contrato Principal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos nº 7.724, de 16/05/2012 e nº 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

a. **Informação**: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

b. **Informação Sigilosa**: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

c. **Contrato Principal**: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

3.1. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado.

3.2. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso,

conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS LIMITES DO SIGILO

4.1. As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

a. sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

b. tenham sido comprovada e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

c. sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5. CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

5.2. A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

5.3. A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

5.3.1. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

5.4. A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

5.5. Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

5.5.1. Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

5.6. A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

5.7. A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

5.7.1. Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

5.7.2. Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

5.7.3. Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

5.7.4. Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

8. CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

8.2. Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

8.3. O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

8.4. Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

8.4.1. A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

8.4.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL;

8.4.3. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

8.4.4. Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

8.4.5. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

8.4.6. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

8.4.7. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as

informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

8.4.8. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9. CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. A CONTRATANTE elege o foro da Seção Judiciária de Manaus-AM (Justiça Federal), onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em **3 (três) vias** de igual teor e um só efeito.

Manaus-AM, de xxxxxxxx de 20xx

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Cargo/Função

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Cargo/Função
CPF

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Cargo/Função
CPF